

# ABA

Nº 31 - Primeiro Semestre de 1999

## ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

### Museu Nacional - Departamento de Antropologia

Quinta da Boa Vista, São Cristovão

Cep 20.940-040 - Rio de Janeiro - RJ

Telefone: (021) 568-9642

Fax: (021) 254-6695 - Responsável pela Secretaria: Tânia Ferreira

e-mail: abaurj@acd.ufrj.br

Home Page: <<http://www.unicamp.br/aba>>

#### **Presidente**

Yonne de Freitas Leite

#### **Vice-Presidente**

Ruben Oliven

#### **Secretária-Geral**

Regina R. Novaes

#### **Tesoureira**

Sandra de Sá Cameiro

#### **Diretores**

Ellen Woortmann, Judith Hoffnagel, Paula Montero e Roberto Cortez

#### **Conselho Científico**

Carlos Alberto Caroso, Cíntia Ávila de Carvalho, Claudia Fonseca, Delma Pessanha Neves, Giralda Seyferth, John Manuel Monteiro, Marco Antonio Gonçalves, Mariza Corrêa, Ondina Fachel Leal, Raymundo Heraldo Maués e Silvio Coelho dos Santos

#### **Conselho Fiscal**

Comelia Eckert, Ordep Serra e Roberto Kant de Lima

#### **Comissão de Assuntos Indígenas**

Lux Vidal (Presidente), José Augusto Laranjeiras Sampaio,

Bruna Franchetto, Dominique Gallois, Rafael de Menezes Bastos, Henry Trindade Barreto, Marco Antonio Teixeira Gonçalves e Marcio Meira

#### **Comissão da Terra**

Moacir Gracindo Soares Palmeira (Presidente), Giralda Seyferth, João Pacheco de Oliveira, Beatriz Maria Alásia de Heredia, Luiz Antonio Machado da Silva, Eliane Cantarino O'Dwyer, Ellen Fensterseifer Woortmann, Maria Stella de Paula Andrade, Arlene Renk e Alfredo Wagner Berno de Almeida

#### **Comissão de Direitos Humanos**

Roberto Kant de Lima (Presidente), Luis Roberto Cardoso de Oliveira, Luiz Eduardo Soares, Luiz Mott, Claudia Fonseca, Ana Lucia Eduardo Faraht Valente, Pedro Bodê de Moraes, Theophilo Rifiotis e Sergio Adorno.

#### **Comissão de Ética**

Silvio Coelho dos Santos, João Pacheco de Oliveira e Mariza Correa

#### **Representações da ABA**

COMITÊ DE EDUCAÇÃO INDÍGENA DO MEC - Luis Donisete

B. Grupioni e Silvio Coelho dos Santos

COMISSÃO INTERSETORIAL DE SAÚDE DO ÍNDIO DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - Marcio Silva - titular e Ana Costa - suplente

GT POLÍTICA NACIONAL DE PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS, DEMOGRÁFICAS, TERRITORIAIS E AMBIENTAIS - SBPC - Jayme Moraes Aranha Filho  
CONSULTOR BIBLIOGRÁFICO - Marco Antonio da Silva Mello

#### **Comissão Editorial**

Regina R. Novaes (Coord.), Patrícia Monte-Mor, Rosane Manhães Prado, Carlos Fausto, Peter Fry e Fernanda Peixoto

#### **Editoração Eletrônica**

Vivian Ribeiro  
PROGRAF/DINFO/UERJ

#### **Apoio**

DIGRAF/UERJ; DINFO/UERJ; EDUERJ/UERJ; PPGAS-MN/UFRJ; PPGSA-IFCS/UFRJ; Fundação Universitária José Bonifácio







## SUMÁRIO

<b>EDITORIAL</b> .....	05
<b>A ANTROPOLOGIA DEVE FORMAR AUTORES. MEMÓRIA DO FORUM "EDIÇÃO E EDITORAÇÃO DE TESES ACADÊMICAS" 21º REUNIÃO DA ABA</b>	
RENATO JANINE RIBEIRO .....	07
<b>SOBRE ANTROPOLOGIA E IMAGEM</b>	
PATRICIA MONTE-MÓR .....	11
<b>SOBRE POLÍTICA NACIONAL DE INFORMAÇÃO</b>	
JAYME MORAES ARANHA FILHO .....	17
<b>ETAPAS DE APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES DE ANTROPOLOGIA. DADOS PRELIMINARES DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA ENTRE 1945 E 1999</b>	
ÁLVARO DE OLIVEIRA D'ANTONA .....	21
<b>A ATENÇÃO À SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS: BREVE HISTÓRICO</b>	
CIBELE BARRETO LINS VERANI .....	24
<b>COMISSÃO INTERSETORIAL DE SAÚDE DO ÍNDIO</b>	
MÁRCIO FERREIRA DA SILVA .....	30
<b>DOCUMENTOS</b>	
<b>DECLARAÇÃO DOS FILHOS DOS RIOS</b> .....	32
<b>DOCUMENTO PRELIMINAR PARA O ESTABELECIMENTO DE DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS</b> ...	34
<b>RESENHA</b>	
<b>"ARQUEOLOGIA URBANAS - MEMÓRIA DO MUNDO"</b>	
<b>PRÊMIO PIERRE VERGER DE VÍDEO ETNOGRÁFICO - 1998</b> .....	36
<b>ABA 2000</b> .....	39
<b>PRÊMIO PIERRE VERGER DE VÍDEO ETNOGRÁFICO</b> .....	41
<b>ATIVIDADES DA ABA NA 51ª REUNIÃO DA SBPC</b> .....	44
<b>ABA: SITUAÇÃO FINANCEIRA</b> .....	46







As contribuições reunidas neste número do BOLETIM da ABA refletem algumas das preocupações concernentes à antropologia e aos antropólogos. Expressam também as diretrizes e a política editorial que vêm sendo seguidas pela atual diretoria. No número anterior, grande ênfase foi dada às Comissões de Assuntos Indígenas e de Direitos Humanos. Neste, abre-se espaço para as representações da ABA em comissões e para outras questões que julgamos de interesse para a comunidade antropológica.

O número se inicia com uma instigante reflexão de Renato Janine Ribeiro, feita no Fórum Edição e Editoração de Teses Acadêmicas, realizado na XXI Reunião Brasileira de Antropologia, que teve lugar em Vitória do Espírito Santo, em abril do ano passado. Ao retomá-lo, temos a intenção de provocar o debate e suscitar iniciativas sobre a questão das publicações, crucial para a circulação do conhecimento produzido e para a vitalidade de nossa disciplina.

No segundo artigo, Patrícia Monte-Mor aborda a questão do uso da imagem na trajetória da Antropologia, indicando continuidades históricas e as mudanças sociais mais recentes que contribuem para a conformação de um campo específico de estudos, a

Antropologia Visual. A presença deste novo campo tem sido marcante nos encontros acadêmicos realizados nacional e internacionalmente, nos últimos anos e, aos poucos, passa a compor a oferta de cursos de graduação e de pós-graduação no país.

Os artigos de Jayme Moraes Aranha Filho, de Álvaro de Oliveira D'Antona e de Cibele Barreto Lins Verani nos trazem informações importantes sobre conselhos ou grupos de trabalho nos quais a ABA tem representação ou de atividades que a ABA desenvolve.

O primeiro é nosso representante no Grupo de Trabalho sobre Política Nacional de Produção e Dissiminação de Informações Sociais, Econômicas, Demográficas, Territoriais e Ambientais, abrigado pela SBPC. Neste artigo, Jayme Aranha registra o contexto do aparecimento do grupo, descreve suas atividades e aponta para a função estratégica que o grupo pode vir a exercer na definição de uma política de informação para o país.

Álvaro de Oliveira D'Antona, que, com muita competência, há anos, vem gerenciando a home-page da ABA, apresenta os resultados, obtidos através do Sistema de Informações Bibliográficas de Teses e Dissertações em Antropologia

e sugere caminhos para o aperfeiçoamento do Sistema.

Cibele Barreto Lins Verani analisa o alcance e os limites das recentes políticas públicas voltadas para a Saúde dos povos indígenas, fazendo um breve histórico da questão. Um box, com observações da autoria de Márcio Ferreira da Silva, representante da ABA na Comissão Intersetorial de Saúde do Índio, acompanha o artigo e ajuda o leitor a compreender a conjuntura atual.

Reproduzimos ainda neste número dois documentos que julgamos de interesse imediato de nossos associados. Dos povos indígenas, a Declaração dos Filhos do Rio. Da Comissão de Especialistas do Ministério da Educação, o Documento Provisório para Mudança do Currículo de Ciências Sociais.

Inaugurando uma nova sessão de resenhas, Sandra Maria de Sá Carneiro se encarregou de fazer a resenha do vídeo *Arqueologias Urbanas: Memória do Mundo*, de Ana Lúcia Carvalho Rocha e Maria Henriqueta Creidy Satt, vencedor do Concurso Pierre Verger, promovido pela anterior Diretoria da ABA, sob a presidência de Mariza Corrêa. A idéia é manter, a cada número, essa sessão de resenhas, para divulgar o conteúdo de trabalhos ou vídeos vencedores de Concursos promovidos pela ABA, a fim de suscitar a apreciação e o debate entre outros associados, além daqueles que participam da Comissão Julgadora.

Com o Edital do próximo concurso para o Prêmio Pierre Verger e

o informe sobre a atual situação financeira da ABA, encerramos este número.

Uma palavra a mais sobre as perspectivas da atual gestão. O Projeto Direitos Humanos e Cidadania: a contribuição dos antropólogos foi enviado para a Fundação Ford. A doação foi aprovada e, assim, será dada continuidade ao Projeto anteriormente financiado pela Fundação Ford sobre Terra de Quilombos (ver informe de Eliane Cantarino no Boletim nº 30, 2º semestre de 1998). Deveremos também, com o novo convênio, realizar um levantamento sobre as atividades dos nossos associados nas diferentes áreas e dimensões dos Direitos Humanos. Organizaremos ainda um Curso, intitulado *A Antropologia e os Direitos Humanos*, dirigido aos profissionais da mídia, das organizações não governamentais e ao público em geral. O convênio prevê ainda a promoção do Prêmio ABA/FORD, que, desta vez, versará sobre temas relacionados à questão dos Direitos Humanos, cujo edital circula encartado a este Boletim.

Por fim, cabe informar que a próxima reunião será em Brasília, no ano que vem de 16 a 19 de julho. O acúmulo de eventos em Brasília no mês de abril não permitiu manter a tradição de realizar a Reunião nos dias que antecedem a Semana Santa. No 23º Encontro Anual da Anpocs (19 a 23 de outubro de 1999) será discutida a programação. Consulte nossa homepage para maiores informações.

Em Brasília, na ABA 2000, ao se encerrar a atual gestão e os trabalhos desta Comissão Editorial, esperamos ter um proveitoso encontro acadêmico, uma ocasião para avaliar criticamente diferentes dimensões da realidade brasileira e, certamente, um momento de conagração para todos que têm generosamente contribuído para o fortalecimento de nossa Associação.

*A Comissão Editorial*



## A ANTROPOLOGIA DEVE FORMAR AUTORES

MEMÓRIA DO FORUM "EDIÇÃO E EDITORAÇÃO DE TESES ACADÊMICAS". 21º REUNIÃO DA ABA.

RENATO JANINE RIBEIRO

Professor Titular de  
Ética e Filosofia Política,  
USP.

### PARTICIPANTES:

RENATO JANINE RIBEIRO  
Coordenador

CRISTINA ZAHAR  
Editora comercial

JOSÉ CASTILHO NETO  
Editor universitário  
(Editora da Unesp)

SEBASTIÃO PIMENTEL  
Editor universitário  
(Editora da Universidade Federal do Espírito Santo)

CARLOS FAUSTO  
Editor da revista *Mana*  
(PPGAS/Museu Nacional/UFRJ)

1. Começamos este breve relato de uma intensa discussão, por um fato paradoxal. O fórum de que participamos dizia respeito a praticamente todos os participantes do encontro da ABA, já que quase por definição cada pesquisador, desde pelo menos que defenda um mestrado, pretende publicar sua obra. E no entanto, nesta sessão, houve mais gente à mesa do que na platéia. Fique claro que esta não é uma queixa, mas uma questão que nos <sup>1</sup> pareceu importante. O que significa? Pode significar, apenas, que a divulgação tenha sido mal feita <sup>2</sup>, ou que nos congressos científicos haja preferência pelas mesas em que se discute a pesquisa propriamente dita, em detrimento daquelas em que a difusão da mesma será abordada, ou, ainda, o que conceitualmente agradará aos antropólogos, que um fórum sem nenhum antropólogo previsto <sup>3</sup> possa ter despertado o espírito endogâmico ou endófilo da área.

Mas prefiro, em vez destas hipóteses um tanto externas à ocorrência, sugerir simplesmente que o tema *desagrada*. Não é apenas que ele não interesse, ou interesse pouco: ele *incomoda*. Saber que o texto da gente vai sair em livro fascina, mas, por isso mesmo, causa problemas. Significa ter que se curvar a regras, a ditames

que não são os que acreditamos pertencer à pesquisa.

Uma prova adicional de que o tema *desagrada*: Castilho conta que mais de uma vez, em reuniões públicas a que foi na própria universidade a que pertence sua editora – a Unesp –, deparou-se com um público também muito pequeno. Daí que o problema não seja circunstancial, da reunião da ABA, mas ocorra, com certa sistematicidade, no meio acadêmico. O problema é estrutural. *Os pesquisadores não querem ouvir os editores*, eis o fato.

Contudo, se o tema incomoda, esta é uma razão a mais para tratar dele – sem nunca esquecer que a edição (depois talvez do emprego) é o desejo por excelência do pesquisador. Aliás, é *por isso mesmo* que ela o incomoda: a relação com o editor parece uma coisa ruim, desagradável, porque funciona como um limite *externo* a tudo o que fazemos. Talvez, aliás, aí esteja a exogamia, ou pelo menos o exterior que ameaça. O editor é quem diz *não*, ou quem diz que devemos mudar tudo, ou ainda quem edita o livro ou o *paper* do outro, bem inferior ao nosso, e não o que escrevemos. O editor é quem se converte, quando nos lê, em uma espécie de *representante*, de porta-voz do mundo externo, *extra muros*, que contrasta com a reprodução de si

mesmo que o *campus*, o mundo acadêmico, sem cessar efetua. É ruim, quando falamos *do* mundo, quando nosso discurso o constitui como terceira pessoa, referente que conhecemos a fundo e pretendemos por vezes esgotar, que alguém venha nos cobrar falar *ao* mundo, que alguém venha nos dizer que não basta o mundo (= a sociedade) ser nosso objeto, precisa também ser nosso destinatário.

Em suma: a edição é desejada. E o que se deseja, muitas vezes, causa intenso mal-estar. Pela simples razão de que se deseja a alteridade, aquilo que contrasta conosco, que de nós se diferencia e a nós antagoniza.

**2.** *O que é mais difícil na edição de um texto científico?* Cristina Zahar foi a primeira a responder. Sabe, embora isso seja um problema, que teses têm muitas notas de rodapé, referência interminável a fontes, e que isso incomoda o editor, que pede ao autor que reduza esse aparato pesado. Mas, afinal de contas, ela entende que haja notas e bibliografia numa tese. Por isso, o que ela mais estranha é algo cuja razão não entende, pelo menos não entende bem: por que *há tanta repetição* nos textos científicos!

Em outras palavras, as teses são mal escritas. Um fator de tensão entre o editor e o autor é esse: o primeiro, preocupado em publicar um texto, considera o que o leitor quer; o segundo apega-se ao que escreveu.

O que fazer com as teses? É consenso que seria bom serem mais

bem escritas. Talvez, porém, isto seja muito difícil; Cristina sugere que elas fossem tornadas disponíveis via Internet. Isso implica que a edição em papel fosse reservada a livros, de perfil mais voltado para um público maior, ao passo que as teses em geral seriam acessíveis a todo interessado. Fica em aberto se a sua leitura ou “compra” seria tarifada ou não.

Mas a questão essencial, que quase ao final da discussão Cristina levanta, é: *por uma política de formação do autor!* que poderia, por sinal, passar pelas revistas. É preciso aprender a escrever para um público *extra muros*.

E a importância disso aumenta (Renato) porque cada vez mais o público em geral, *extra muros*, vai exigir mais da Universidade. Temos sido alvejados, nós que estamos *intra muros*, muitas vezes injustamente. Mas é justo a sociedade querer saber o que a academia estuda *a seu respeito*. No caso em particular da antropologia, tão interessada nas relações com o outro, tão preocupada em relacionar o pesquisador com o mundo que ele estuda, isso é decisivo. Mais adiante, falando de *Mana*, Carlos vai mostrar como funciona a reescrita de um artigo. *Mas talvez fosse o caso, nos cursos de pós-graduação, que formam pesquisadores que vão escrever teses, formá-los também como autores* (Renato).

**3.** Discutiu-se o papel dos *livros-texto* Cristina Zahar lembra que a reprografia, ou o xerox, perturba enormemente a atividade de edição. Ela concor-

re, entre outros, com o livro-texto. Daí que, em seu entender, é preciso sempre o livro remeter a um público exterior à Universidade.

Sebastião Pimentel ressalta a importância do livro-texto – que por sinal é um dos três eixos da atividade da editora da Universidade Federal do Espírito Santo, que ele dirige (os outros dois são produção acadêmica da própria UFES, ou trabalhos sobre o Espírito Santo). Aliás, lembra Carlos, em certas universidades norte-americanas, para se ter *tenure* (= para ser professor efetivo) é preciso haver publicado um livro-texto: não se exige apenas a excelência da pesquisa, mas também a capacidade de transmiti-la de maneira adequada aos graduandos.

**4.** Que papel deve ter uma *editora universitária*? A essa pergunta de Cristina, que representa uma editora comercial, tanto Sebastião quanto Castilho respondem que suas editoras são auto-suficientes comercialmente, isto é, que não oneram os cofres públicos para editar suas obras. A editora da Unesp, atualmente, somente sustenta as dezenove revistas científicas que edita. Sabe-se que revistas científicas são difíceis de vender e têm alto custo. A Edunesp compõe seu catálogo mais ou menos com 40% de títulos de autores brasileiros e o restante de traduções; são basicamente estas últimas que geram os recursos que permitem subsidiar as revistas.

**5.** E, a esse propósito, qual deve ser o papel de uma *revista cien-*

*tífica?* *Mana* conseguiu alto respeito na área, e Carlos Fausto, seu editor, explica por quê. Evidentemente, é deficitária, como todo periódico científico, necessitando por isso de verbas públicas (atualmente, pretende credenciar-se junto ao Ministério da Cultura para conseguir recursos do mecenato privado). O maior custo incorrido é o com tradução, revisão e copidescagem – mais do que o gasto com papel! A aposta numa boa qualidade gráfica é um fator importante para incentivar bons autores a publicar. Aliás, *Mana* só publica textos que estejam inéditos em qualquer língua – assim, Sahlins só publicou nela um artigo que ainda não havia saído sequer em inglês.

Para a revista funcionar, é imprescindível ter bons pareceres, e editores atentos a eles. O parecerista criterioso leva o autor a modificar seu texto e mesmo reescrevê-lo, e isso é uma garantia de qualidade da revista. De modo geral, a qualidade é a pedra de toque, que gera um efeito multiplicador: a revista assim consegue colaboradores de qualidade internacional. Para o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional, que mantém a revista, esta permitiu enorme salto qualitativo: consolidou laços com autores estrangeiros que nela publicam, ao mesmo tempo que começam, eles, a ler ou citar o que *Mana* publica. Para a biblioteca do Programa, a revista também é essencial – através de permuta, chegam quase cem outras revistas sem se ter que pagar assinatura por elas. De modo geral,

somente se paga pelas revistas publicadas por editoras comerciais. Finalmente, para o ensino de antropologia no Brasil, *Mana* tem a vantagem de divulgar mais artigos em português, o que os torna mais acessíveis.

**6.** Que horizonte se está abrindo para a edição, com a computação e a Internet? A edição eletrônica implode nossos hábitos. Renato lembra que, quando Michel Foucault defendeu seu doutorado, com *A História da Loucura na Era Clássica*, precisou – era essa a lei – *imprimir*, como livro, uma quantidade de exemplares do trabalho. Isso significa que naquela época, a apenas trinta e poucos anos de nós, não se defendiam teses na França se não se conseguisse um editor, geralmente comercial, que as rodassem em linotipo. Os gargalos que estrangulavam, ou pelo menos continham, a oferta de textos à edição eram inúmeros. Hoje, não. Qualquer um pode entregar um disquete pronto ao editor – e se acabaram todos os custos de digitação, composição, revisão! E, mais que isso, torna-se possível editar via Internet, isto é, simplesmente disponibilizar na rede um arquivo, que é um artigo, uma tese, um livro.

Contudo, isso não resolve os problemas da edição: apenas os modifica, ainda que brutalmente. Um gargalo sempre existe: se não for o da produção física de livros (o do editor tradicional), será o da recepção possível dos mesmos. Diante do crescimento exponencial dos livros disponíveis, isto é, dada a impossibilidade

de corporal de eu encontrar, nas estantes das livrarias, o que me interessa, passo a depender – assim como antes dependia da escolha do editor – de outros mediadores que, se não escolhem por mim, pelo menos triam por mim. Aqui entram as resenhas em *journals* consagrados, ou mesmo na imprensa de qualidade, e, cada vez mais, os links reputados via Internet. Este ponto se torna decisivo: é preciso cada vez mais compreender os mediadores, jogar com o seu papel. E não foi isso sempre a edição? Editar não é, justamente, tornar disponível? O que sucede é que a edição muda de figura.

**7.** Será o caso de se chegar a algumas conclusões? Parece-me, relator que acabei sendo, que sim. Tentarei, sob minha responsabilidade, encaminhá-las:

a) Há, no plano do simples diagnóstico, que constatar o enorme mal-estar que causa, no meio acadêmico, a questão editorial. Esta é a ponta de um iceberg que se chama a relação do mundo da pesquisa com o seu outro, o seu *extra muros*, a quem comunica o que faz e fez. Não é possível discutir a questão editorial (= escrever textos legíveis e interessantes) sem abordar a das relações da academia com a sociedade em geral: que responsabilidade temos em relação a ela? Que queremos de nossas teses, que efeitos com elas pretendemos? (Até se pode perguntar se receamos o mundo, e se escrever teses não será um modo de dele nos refugiarmos.)

b) Propostas supõem algum diagnóstico. Se achamos que à socie-

dade deve ser transmitido o conhecimento que sobre ela foi esboçado, a edição é essencial. Mas isso implica que não formemos apenas pesquisadores (autores de dissertações, teses e *papers*) ou professores (didatas), mas também autores. Melhor dizendo, pelo menos o pesquisador deve ser autor. Isso não se resume em “escrever bem”. Exige um aprendizado que pode ser conduzido por pareceristas, quando um artigo seja enviado a uma revista, mas que deveria começar muito antes, por exemplo, com atividades de escrita durante o mestrado, que seriam discutidas em ocasiões especiais. Atualmente, o que se diz sobre as redações dos alu-

nos está pulverizado: em cada curso, o professor, se quiser, comenta o que e como eles escreveram. Seria preciso dinamizar isso, num espaço próprio.

c) No caso da Antropologia – área à qual somente pertencia um dos membros da mesa, o cooptado Carlos Fausto –, revistas e livros são prioritários, como espaços de edição. Há uma tendência a aumentar os órgãos editados, sobretudo com a atual facilidade para imprimir uma revista ou mesmo difundir conhecimentos e idéias via Internet.

Em suma, estes caminhos devem, todos, ser explorados, mas um ponto é fundamental: por várias

razões, muitos pesquisadores, mesmo bons, têm dificuldade em escrever, ficando assim um descompasso entre a (boa) qualidade de seu trabalho teórico e a (má) qualidade de seus textos. E é por isso que não basta ampliar, por exemplo graças às novas tecnologias, a circulação de trabalhos. Se esses forem enfadonhos, o simples aumento de veículos – revistas, coleções, Internet – não os fará ganhar a batalha pelos leitores. E é por isso, mais uma vez, que se torna prioritário os cursos, especialmente de pós-graduação, investirem na formação de autores.

---

<sup>1</sup> Procurei organizar fielmente a discussão. Contudo, quando não está claramente indicado quem falou, respondo eu pelas considerações expandidas, em especial no primeiro e nos dois últimos itens.

<sup>2</sup> Não havia cartaz na porta da sala em que ela se realizaria, e o monitor demorou a se convencer de que devíamos ocupá-la – já que lá se desenvolvia outra atividade. Interessante foi notar, quando lhe mostrei que estava previsto ali nosso Forum, para o horário de “16-18 horas”, que ele comentou: “Ah, sim, às 16 horas e 18 minutos”.

<sup>3</sup> Carlos Fausto, o único antropólogo presente, foi “cooptado” pela mesa ao se perceber que estava na platéia. Com isso, a platéia, que era de três, passou para dois, sendo uma colaboradora da revista *Mana* e uma amiga da editora Cristina Zahar.

---



## SOBRE ANTROPOLOGIA E IMAGEM

**PATRICIA MONTE-MÓR**

Antropóloga.  
Coordenadora do  
Núcleo de Antropologia e  
Imagem - NAI/DCIS/UERJ

O movimento de reconhecimento da história da antropologia como objeto de pesquisa tem sido apontado por inúmeros especialistas como uma importante característica de nosso ofício. A cada geração, a antropologia é “reinventada”, cada antropólogo “repensa” a disciplina<sup>1</sup>. “A história da antropologia para o antropólogo, não é apenas um passado, mas fonte de inspiração para solucionar as novas questões que se colocam no presente”, diz Marisa Peirano (1995)<sup>2</sup>.

O uso da imagem no âmbito das ciências sociais, que já vem sendo destacado por diversos autores, especialmente a partir dos anos 60, parece ganhar hoje maiores proporções. Entre nós, esse movimento teve projeção significativa com o advento do vídeo. Seu crescimento começou a ter visibilidade a partir do trabalho das ONGs, num primeiro momento, e da criação de núcleos dedicados ao uso da imagem nas universidades, num segundo momento, no final dos anos 80. A fotografia, o cinema, o vídeo, passaram a fazer parte constitutiva de diferentes empreendimentos de pesquisa, ainda que de forma tímida. Questões teórico-metodológicas sobre o uso da linguagem audiovisual na pesquisa antropológica ganharam expressão. Por outro lado, com o ad-

vento das televisões a cabo e um novo interesse pelo cinema documentário, um mercado específico para a pesquisa voltada ao universo cinematográfico e televisivo se esboçou.

Foi assim, que, a partir de 1993, passei a me dedicar à organização de um festival de filmes documentários de caráter etnográfico – a *Mostra Internacional do Filme Etnográfico* – evento que pretende ser uma vitrine da produção nacional e internacional do gênero, incluindo títulos recentes e clássicos. A *Mostra* foi se sedimentando em paralelo a algumas outras iniciativas que surgiram, a partir de então, nos meios acadêmicos, em torno da antropologia visual. Filmes e vídeos etnográficos, assim como a fotografia, são considerados recursos capazes de potencializar a discussão metodológica, constituindo-se em fontes alternativas de registro e informação ou de divulgação de resultados de pesquisa. Tratava-se, no entanto, de construir um campo, de identificar interlocutores, de organizar a literatura, de sensibilizar as agências para apoio aos projetos específicos, de estruturar núcleos e centros com equipamentos mínimos de trabalho na área da imagem.

A partir de 1992, diversos fóruns de trabalho e pesquisa foram

organizados nas reuniões da ANPOCS e da ABA sobre usos da imagem nas ciências sociais, além de mostras específicas de vídeo e da instituição de um concurso de vídeos etnográficos da ABA, com o Prêmio Pierre Verger, a partir de 1996, em Salvador. Uma rede de pesquisadores e de pesquisas em torno do uso da imagem se estabeleceu. E neste balanço, algumas publicações devem ser mencionadas: *Cinema e antropologia: horizontes e caminhos da antropologia visual* (orgs.: Parente, José Inacio e Monte-Mór, Patrícia, 1994); *Desafios da imagem* (orgs.: Bianco, Bela Feldman e Leite, Mirian M., 1998); *Imagem e ciências sociais* (org.: Koury, Mauro, 1998); *A imagem em foco: novas perspectivas antropológicas* (orgs.: Eckert, Cornélia e Monte-Mór, Patrícia, 1999) além das revistas *Cadernos de Antropologia e Imagem* (UERJ, semestral, a partir de 1995) e *Horizontes Antropológicos* (UFRGS, número dedicado à Antropologia Visual, 1995).

Assim, vivemos um período de descoberta da Antropologia Visual entre nós. Seminários e encontros, organização de acervos filmicos, iniciação de pesquisadores no uso da imagem, institucionalização da disciplina, espaço para a projeção dos trabalhos realizados, publicações. Esse processo parece fazer mais sentido se levarmos em conta as tendências pós-modernas do final dos anos 80, que redefiniam a pesquisa etnográfica, levando a um repensar sobre a autoridade do texto antropológico, questionando as relações sujeito/objeto nas pesquisas, e enfatizando o

caráter construído dos textos resultantes. Bela Bianco, embora chamando a atenção para as narrativas etnográficas como construções ao estilo de montagens cinematográficas, aponta para a ênfase explícita que os antropólogos continuavam a dar ao texto escrito. Essa ênfase, segundo a autora, “relegou a uma posição marginal e oculta o fato de que a prática da pesquisa antropológica implica também, de um lado, a produção de artefatos visuais enquanto documentos constitutivos da pesquisa, e, de outro, não só a elaboração de textos escritos mas também a elaboração de etnografias visuais” (in Monte-Mór & Parente, 1994).

Essa aparente novidade do uso da imagem nos levou a um interesse pela história da antropologia e sua relação com o audiovisual. Aqui no Brasil, vários são os trabalhos que têm focado esta temática,<sup>3</sup> coincidindo com iniciativas de tratamento de acervos de imagens em museus e coleções.<sup>4</sup>

No resgate de experiências pioneiras, acredito que possamos buscar algumas pistas importantes, ou mesmo “inspiração”, para novos caminhos.

### **ANTROPOLOGIA E CINEMA: PRIMEIRAS IMAGENS**

Em fins do século XIX, Europa e América buscavam mercados para os seus produtos industrializados. Missionários, exploradores, viajantes lançavam-se em busca das terras distantes, do exótico, do

“homem primitivo”. Em tempos de colonialismo, as teorias evolucionistas justificavam a dominação do Novo Mundo.

A antropologia que se estabeleceu nesse período tinha como tarefa conhecer os povos, registrar sua cultura e coletar seus objetos para a constituição de museus etnográficos. Da bagagem desses viajantes, a câmera fotográfica e também cinematográfica, passou a fazer parte.

Desde 1860, a fotografia já ocupava um lugar especial na antropologia britânica. Mas foi no ano de 1885, que Félix Louis Regnault, membro da Sociedade de Antropologia de Paris, filmou a famosa série de cronofotografias de uma mulher fabricando potes de cerâmica e propôs a criação de um arquivo de filmes antropológicos nos museus etnográficos, destinados ao estudo das sociedades humanas. Já a partir de 1898, filmes etnográficos vão ser pensados como documentação audiovisual na pesquisa de campo: a expedição ao estreito de Torres congregou especialistas de diversas áreas, coordenados por Cort Haddon, da Universidade de Cambridge. Originou-se assim a institucionalização dos cursos de antropologia em Cambridge e na London School of Economics. Coube à expedição coletar diversos objetos da cultura material, fauna e flora, além de registros de imagens: danças e rituais. Segundo Pierre Jordan (1995) e Karl Heider (1995), assim como Marc Pialut (1999), essa expedição inaugurou o uso da imagem nos quadros da pesquisa científica.

No Brasil, a criação da seção de *Antropologia, Zoologia Geral e Aplicada, Anatomia Comparada e Paleontologia Animal*, em 1876, no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, parece ser um marco fundamental na gênese dos estudos de Antropologia, segundo Castro Faria (1987), “como uma consequência quase que direta da influência exercida, na segunda metade do século XIX, pela Sociedade de Antropologia de Paris”, sendo o “homem primitivo o principal centro de interesse e a craniometria o processo”. No mesmo ano, a publicação do primeiro volume de *Arquivos do Museu Nacional* assinalava o início desse período, que se alongou até a primeira década do século seguinte. Em 1877, criou-se o primeiro curso de antropologia oferecido pelo Museu Nacional. Na era das exposições nacionais, o Brasil realizava a sua Exposição Antropológica, em 1882 – um grande evento. Objetos indígenas, telas com retratos de diferentes tipos indígenas pintadas a óleo e a presença física de índios Botocudos do interior do Espírito Santo e de Minas Gerais fizeram um enorme sucesso de público na corte de Pedro II.

Passar das primeiras experiências de laboratório com a imagem em movimento para a verdadeira sessão pública de cinema só foi possível graças à genialidade dos Irmãos Lumière, na França, que criaram no mesmo movimento o cinema documentário, em 1896. Equipes de operadores partiram por todo o mundo, exibindo os filmes, encantando multidões. Ti-

nam a função de “abrir as objetivas para o mundo” (Sadoul, 1945).

As câmeras Lumière no Brasil, foram rapidamente integradas ao trabalho de alguns fotógrafos, como por exemplo o do português Silvino Santos, na Amazônia, no começo do século, que realizou entre 1910 e 1930 mais de oitenta filmes, além de inúmeros negativos em vidro (Costa, 1988).

Foi, no entanto, no contexto da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, a famosa Comissão Rondon, que a fotografia e em seguida, o cinema, teve papel de destaque. Rondon se iniciou nas Comissões Telegráficas em 1890, passando a dirigi-las em 1907. O Major Luiz Thomas Reis, seu grande colaborador, foi o principal responsável pela memória visual das populações indígenas brasileiras, tendo participado dos trabalhos da Comissão até 1938. Embora tenha dividido esse trabalho com diferentes fotógrafos, dentre eles Benjamin Rondon, o Major Reis realizou um vasto material de singular qualidade, com produções fílmicas bem cuidadas, com técnica apurada, consideradas excepcionais para a época. Esse trabalho tinha como objetivo exibir às populações urbanas este grande Brasil e seu interior, divulgando as ações da Comissão e seu projeto de integração nacional.<sup>5</sup> Para Pierre Jordan (1995), Reis “realiza o primeiro filme etnográfico verdadeiro ... filma utilizando todas as possibilidades que lhe oferece o tipo de material que dis-

põe. Ele escreve com a câmera.” Foram inúmeros os filmes realizados, dentre eles: *Os sertões de Mato Grosso* (1914), *Rituais e festas bororo* (1916), *Ao redor do Brasil* (1933). É importante mencionar também toda uma produção posterior, que se desenvolveu no contexto do então Serviço de Proteção aos Índios (SPI), criado por Rondon.

Nos quadros da famosa *Comissão*, o antropólogo E. Roquette-Pinto (1912) dirigiu o filme *Rondônia*, resultado de suas pesquisas entre os Pareci e Nhambiquara da Serra do Norte, Mato Grosso. Durante esse trabalho produziu também inúmeras fotografias, algumas já publicadas na primeira edição de seu livro, de mesmo título, em 1917. Castro Faria destaca a “excepcional qualidade” de suas imagens e comenta: “é preciso lembrar que nas primeiras décadas do século fotografar não era um ato simples, de apontar a câmera e apertar o disparador. Era preciso saber tirar maior proveito da máquina primitiva, era preciso tomar decisões corretas, sem instrumentos a respeito de luz, distância, foco ...”. (Castro Faria, 1998)

Iniciando sua carreira no Museu Nacional em 1905, na seção que então se denominava *Antropologia e Etnografia*, Roquette-Pinto foi chefe da mesma a partir de 1924, passando a diretor do Museu Nacional de 1926 a 1935. Dentre as diversas realizações da Comissão Rondon, está a viabilização do trabalho de campo de pesquisadores dos três grandes museus etnográficos bra-

sileiros à época: Museu Nacional, Museu Goeldi e Museu Paulista, depositários hoje de importante acervo.

O cinema, visto como instrumento de registro do exótico e das curiosidades do mundo ou simples divertimento das elites, ganhou novas perspectivas no pós-guerra (1914-1918). A partir de 1912, na Europa, nascia uma segunda corrente no cinema, que estaria a serviço do “desenvolvimento do sonho” e tem Meliès como seu principal artífice (Piault, 1999). As técnicas de trucagem se desenvolvem. Duas grandes experiências cinematográficas irão marcar esse período: os trabalhos do russo Dziga Vertov e do irlandês Robert Flaherty.

Esta revolução no cinema também foi acompanhada de perto pela antropologia. O ano de 1922 é emblemático devido à publicação de *The Argonauts of the Western Pacific*, a grande obra de B. Malinowski. Estabelecendo os cânones da moderna pesquisa de campo, Malinowski buscou apreender “o ponto de vista nativo”. É importante notar o uso sistemático que fez da fotografia em suas pesquisas, que podem ser conferidas na publicação de suas monografias (Samain, 1995).

Esse início promissor de uma relação entre a antropologia e a imagem não resultou, no entanto, em efeitos imediatos. Algumas iniciativas célebres devem ser ainda apontadas, como as de Marcel Griaule, na África, nos anos 30, e as de Margaret Mead e Gregory Bateson em Bali, entre 1936 e 1939.

A presença do antropólogo Claude Lévi-Strauss, no Brasil, também na década de 30, teve resultados importantes, dentre eles a publicação da obra ícone da antropologia deste século: *Tristes trópicos*. Com Dina Lévi-Strauss realizou inúmeros pequenos filmes etnográficos durante suas pesquisas: *Cerimônias funerárias entre os Bororo*, *Aldeia Nalike*, *Festa do Divino Espírito Santo*, *Festejos populares de Mogy das Cruzes*, entre outros. A fotografia também foi valorizada nesse trabalho, como nos mostra hoje a obra *Saudades do Brasil*, e a coleção de fotografias de Luiz de Castro Faria, o representante brasileiro na Expedição à Serra do Norte, chefiada por Lévi-Strauss (1938). A fotografia, nesse período, era parte fundamental da aprendizagem do ofício de etnógrafo e do treinamento para o trabalho de campo, diz Castro Faria. “No Museu Nacional havia pelo menos três Roleiflex, um laboratório e um ótimo fotógrafo. Aprendia-se a fotografar com aprendia-se a pesquisar” (Domingues, Monte-Mór e Sorá, 1998)

### JEAN ROUCH E A ANTROPOLOGIA PARTILHADA

O antropólogo-cineasta Jean Rouch é considerado um divisor de águas. Desde 1946, vinha se iniciando no cinema, no interior da África. Em 1951, no Níger, filmou *Bataille sur le grand fleuve*. Exibiu o filme às pessoas filmadas e estabeleceu um diálogo com elas. Esboçou-se aí o que vai chamar de “antropologia partilhada”:

“Eu já havia refletido muito sobre o absurdo de escrever livros inteiros sobre pessoas que não teriam acesso a eles aí, de repente, o cinema permite ao etnógrafo partilhar a antropologia com os próprios objetos de sua pesquisa”. (Rouch, 1993)

Mas é em 1960, com o sociólogo E. Morin, que Rouch propõe a grande mudança no documentário. Retomando as idéias de Vertov e de Flaherty, Rouch e Morin filmam *Cronique d'un été*. Câmeras portáteis, que o próprio Rouch ajudara a desenvolver, som sincrônico, buscando o “estado de espírito das pessoas em Paris num verão em que a guerra da Argélia dominava suas vidas”. A técnica de Rouch incluía a presença em cena da câmera e do próprio realizador, fazendo perguntas, apresentando a reação dos informantes. O documentário, para ele, é sempre a arte do encontro. Seu trabalho irá influenciar grandes nomes do cinema mundial.

No Brasil, a experiência documental do Cinema Novo abriu caminhos para a realização de inúmeros títulos, sintonizados com os debates políticos da época, que se revestem hoje de interesse etnográfico. Os filmes da famosa Caravana Farkas, como a série de pequenos curtas batizada como *Brasil-Verdade*, são exemplos do período. Com a criação da Universidade de Brasília, a antropologia e o cinema também se encontraram através dos trabalhos de Heinz Forthman com os antropólogos Roberto Cardoso de Oliveira, em Quarup e Roque Laraia, em Jornada Kamaiurá.

## NOVAS PERSPECTIVAS

A proposta de uma antropologia visual hoje, não pode deixar de levar em conta essa história. Com certeza, ela teve outros desdobramentos. Mas a partir deste período, os anos 60, o chamado cinema etnográfico irá buscar a via que lhe permitirá dar conta, o mais fielmente possível, dessa experiência única e delicada que é o encontro de duas culturas, buscando escutar-se reciprocamente. (Ver Piault, 1994:68).

Em 1973, Margaret Mead publicou o artigo “Visual anthropology in a discipline of words”. Suas palavras parecem fazer ainda mais sentido quando repensamos a disciplina hoje. Assim, numa antropologia que se quer polifônica, reflexiva, plural, as imagens entram como um recurso teórico-metodológico de valor singular.

Para David MacDougall (1994) o filme etnográfico tem uma elaboração múltipla, resultado de um diálogo “intertextual”. Especialmente com o advento do vídeo, desenvolvem-se trabalhos em que antropólogos e cineastas estão juntos, em busca de uma linguagem comum. Sérios problemas teórico-metodológicos se apresentam, tais como: cinema de observação ou cinema de participação; presença afirmada do realizador-antropólogo ou ensaio de objetivação da observação; intervenção sobre o evento ou registro; descrição do discurso ou desenvolvimento com comentários; legendas ou cartões explicativos; tamanho de equipes

de filmagem; construção ou reconstrução da realidade observada?

Jean Rouch já preconizava alguns desses debates, especialmente quando nos deparamos com as questões colocadas pela mídia indígena, uma rica produção de imagens “auto-etnográficas”, como dizem Marcus e Fisher (1986) e que nos desafiam.

Para fazer antropologia hoje precisamos ler as monografias, os clássicos, como quer Peirano (1995), porque a teoria e a prática, na antropologia, estão juntas. Mas para fazer antropologia visual, precisamos ler as monografias e conhecer os filmes. Ver e rever os filmes. Texto escrito e imagem, com certeza são complementares. Conscientes de que ambos são construções, autorais, ficamos mais livres para produzir novos filmes, vídeos e ensaios fotográficos, não como “simples registros do real”, mas como construções a partir da observação e da pesquisa. “Informados pela crítica sofisticada de filmes de arte e comerciais, os pesquisadores práticos do filme etnográfico estão conscientes de que estes são textos tão construídos como os trabalhos escritos”, dizem Marcus e Fisher (1986).

Novas perspectivas se colocam, neste final de milênio. Não acredito que seja tendência daqueles que trabalham com o uso da imagem na pesquisa social buscar a afirmação de uma disciplina autônoma e independente, como talvez sugerissem as primeiras formulações. As realizações

imagéticas, as reflexões, as instrumentações da linguagem, a apreensão de um tipo de relação específica com o trabalho de campo levaram a um questionamento novo da posição do antropólogo. Mais que tudo, trata-se de refletir sobre a valorização deste instrumental hoje – o cinema e a produção de imagens – como forma de renovação teórica e metodológica da própria antropologia.

---

---

## Referências Bibliográficas

- CASTRO FARIA, Luiz de. *Escritos exumados*. Niteroi, EDUFF, 1987.
- \_\_\_\_\_. “O antropólogo e a fotografia”. In Turazzi, M. I. (org.) *Revista do IPHAN*. Fotografia. Rio de Janeiro, 1998.
- COSTA, Selda Valle da. Eldorado das ilusões. *Cinema e sociedade: Manaus 1897/1935*. São Paulo, PUC, 1988 (dissertação de mestrado).
- DAMATTA, R. *Relativizando*. Uma introdução à antropologia social. Petrópolis, Vozes, 1981
- DOMINGUES, H. Monte-Mór, P e Sorá, G. “Retrato brasileiro dos tristes trópicos”. Rio de Janeiro, *Ciência Hoje*, 24/144, nov, 1998.
- HEIDER, Karl. “Uma história do filme etnográfico”. *Cadernos de Antropologia e Imagem*. Rio de Janeiro, NAI/UERJ, 1995 (1).
- JORDAN, Pierre. “Primeiros contatos, primeiros olhares”. *Cadernos de Antropologia e Imagem*. Rio de Janeiro, NAI/UERJ, 1995 (1).
- LEACH, E. *Repensando a Antropologia*. 1974.
- MACDOUGALL, David. “Mas afinal, existe realmente uma antropologia visual”. *2ª Mostra Internacional do Filme Etnográfico- Catálogo*. Rio de Janeiro, Centro Cultural Banco do Brasil e Interior Produções, 1994.
- MARCUS, G & Fischer, M.. *Anthropology as cultural critique*. Chicago, The Chicago University Press, 1986.
- MEAD, M. “Visual anthropology in a discipline of words”. In Hockings, P. (org). *Principles of visual anthropology*. Paris, Mouton, 1975.
- MONTE-MÓR, P. e Parente, J.I. *Cinema e antropologia: horizontes e caminhos da antropologia visual*. Rio de Janeiro, Interior Edições, 1994.
- PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.
- PIAULT, Marc-Henri. “Antropologia e cinema”. *2ª Mostra Internacional do Filme Etnográfico - Catálogo*. Rio de Janeiro, Centro Cultural Banco do Brasil e Interior Produções, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Cinéma et ethnologie*. Paris, 1999 (mimeo)
- ROUCH, J. “Os ‘pais fundadores’. Dos ‘ancestrais totêmicos’ aos pesquisadores de amanhã”. *Mostra Internacional do Filme Etnográfico - Catálogo*. Rio de Janeiro, Centro Cultural Banco do Brasil, Interior Produções, 1993.
- SADOUL, G. *L'invention du cinéma*. Paris, 1945.
- SAMAIN, E. “Bronislaw Malinowski e a fotografia antropológica”. Porto Alegre, PPGA, *Horizontes Antropológicos*, 1995 (2).
- STOCKING JR., G. “The ethnographer’s magic”. In \_\_\_\_\_. (org) *Observers observed*. Madison, The University of Wisconsin Press, 1983.

## Notas

<sup>1</sup> Ver por exemplo Leach, E. (1974) e DaMatta, R. (1981)

<sup>2</sup> Ver também Stocking, G (1983) para este tema.

<sup>3</sup> Ver, para citar alguns: Lygia Segalla sobre Victor Frond; Sandra Lacerda, sobre Harald Schultz; Fernando de Tacca, sobre os filmes do Major Reis; a publicação de *Diários índios*, de Darcy Ribeiro; de *Saudades do Brasil*, de Lévi-Strauss. Dentre os projetos em andamento: sobre as fotografias de Luiz de Castro Faria; e sobre o acervo de imagens de Roberto Cardoso de Oliveira.

<sup>4</sup> Dentre as diversas iniciativas, a mais recente parece estar no Museu do Índio, RJ: tratamento dos negativos de vidro de importante coleção sobre populações indígenas brasileiras.

<sup>5</sup> A propósito, ver os trabalhos de Antonio Carlos de Souza Lima.



---

---

**JAYME MORAES ARANHA FILHO**

Antropólogo.  
Representante da ABA no GT  
Informação/SBPC

---

---

Desde 1997, um Grupo de Trabalho abrigado pela SBPC vem se reunindo mais ou menos periodicamente, dedicado ao exame da situação atual e de sugestões alternativas a uma política nacional de informações sociais. Sob o título de “GT sobre Política Nacional de Produção e Disseminação de Informações Sociais, Econômicas, Demográficas, Territoriais e Ambientais”, ou, mais sinteticamente, GT-Info/SBPC, ele é composto por representantes designados por várias sociedades científicas, justo de categorias profissionais que utilizam e produzem tais informações.

O GT já realizou 8 reuniões; a ABA esteve representada nas últimas três. Durante a próxima reunião anual da SBPC (Porto Alegre, julho/99), o GT estará organizando um Simpósio para debater “Por que e como definir uma política de informação para o país?”. É para registrar brevemente o contexto do seu aparecimento e atividades, e situar a função estratégica que o grupo poderia vir a exercer que se voltam estas notas.

### **ORIGENS: ENCONTRO DE PRODUTORES E USUÁRIOS**

Apesar da extensão do título do grupo de trabalho, e da sugestão abrangente dos seus termos, o

objeto dos trabalhos é na verdade bastante específico. O escopo das ‘informações’ consideradas refere-se antes de tudo (1) a índices estatísticos (embora também a dados cartográficos e geográficos); (2) e apenas aqueles produzidos por agências do Estado; (3) que pretendem retratar algum aspecto da realidade nacional (social, econômica, etc.); e (4) que norteiam a tomada de decisões em política pública e desenvolvimento científico e tecnológico.

Um foco assim restrito predominantemente às informações estatísticas estatais deriva do modo e contexto no qual o GT surgiu. Em maio de 1996, o IBGE promoveu um inédito ‘Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais’, que retomava em outros moldes a tradição das chamadas ‘Conferências Nacionais de Estatística e Geografia’, agora sob o lema da “informação para uma sociedade mais justa”. Nas palavras de 1995 de Simon Schwartzman (então presidente do IBGE), o encontro, além de visar recolher sugestões para o planejamento do trabalho do Instituto, “deverá refletir, sobretudo, o momento de descentralização político-administrativa que o país está vivendo, e a preocupação crescente com a agenda de justiça social que se torna cada vez

mais imperiosa, e que deverá ir condicionando o trabalho das instituições de produção de dados e seu relacionamento com os diversos segmentos da sociedade”. O debate aberto visava “buscar novas metodologias e renovar a agenda de temas e questões a serem pesquisados”, após longo período de regime institucional centralizador e pouco inovador (cf. refs. ao final).

No calor dos debates do evento, representantes de entidades científicas presentes tomaram a iniciativa de organizar o ‘I Fórum Nacional de Usuários de Informações Sociais, Demográficas, Econômicas e Territoriais’. Seu tema central era a urgência da elaboração de uma política nacional de informação, que representasse um ‘pacto’ entre produtores e usuários por um modo mais democrático e participativo de produção e disseminação de informação. Como desdobramentos, redigiu-se um documento inicial, estabelecendo princípios consensuais, e propôs-se a formação do GT, com a incumbência de, seguindo os princípios consensuais aprovados, aprofundar suas diretrizes no rumo da elaboração de uma política nacional de informação, e na proposição de uma instância formuladora ou reguladora de uma tal política.

## MAIS-INFORMAÇÃO

Este GT está longe de ser uma iniciativa única. Não há como ignorar que acontecimentos e rearranjos institucionais de gran-

de envergadura estão ocorrendo, vinculados ao estatuto do que se tem chamado até aqui, na falta de melhor designação, ‘informação’. O GT-Info/SBPC surgiu no meio de profissionais das estatísticas sociais. Mas, sob outros enfoques ou partilhas, eficazes ou não, diferentes grupos de trabalho e comissões vêm se constituindo para discutir novos moldes de gestão de informações de relevância social. Vale mencionar de relance ao menos duas destas iniciativas, que demonstram o quanto a questão da informação vem se tornando complexa, pervasiva, e central na agenda das políticas de gestão social.

Mais ou menos na mesma época do surgimento do GT-Info/SBPC, esteve funcionando no âmbito do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, órgão transministerial ligado diretamente à Presidência da República, um GT dedicado explicitamente a conceber “uma estratégia nacional para estimular a adequada inserção da sociedade brasileira na Sociedade Global da Informação”. Sob a convicção da capacidade inerentemente modernizante e democratizante das novas tecnologias telemáticas (em especial as redes de comunicação por computador, a Internet), os trabalhos do grupo se voltaram basicamente para 1) localizar as prioridades de investimentos em infra-estrutura tecnológica; 2) examinar possíveis usos e efeitos macrossociais da implantação de tecnologias telemáticas na sociedade brasileira, e sugerir políticas de alavancagem na sua dissemi-

nação, através da eleição de projetos-piloto por área de aplicação, capazes de servir como demonstrações do potencial e exercer papel multiplicador.

Em outro cenário, o do Conselho Nacional de Saúde, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa vem procurando codificar normas precisas que regulamentem todo e qualquer empreendimento de coleta de informações referentes a seres humanos com fins de pesquisa científica. Precipitada pela explosão de situações inusitadas derivadas de pesquisas em biotecnologia, e imaginada antes de tudo para padronizar procedimentos e coibir abusos nessas áreas, a iniciativa de estabelecer um código de normas a serem obedecidas por qualquer pesquisa que envolva seres humanos, pela generalidade com que está sendo formulado, acaba também tendo implicações diretas, eventualmente danosas, para outras áreas científicas que não as biociências. Pois as mesmas exigências formais a serem cumpridas por um geneticista na ocasião de uma experiência de implante de células manipuladas deverão também ser obedecidas no caso de uma entrevista de campo por parte de um antropólogo. O mais preocupante é que os cientistas sociais aparentemente ainda não se mobilizaram para intervir nestes debates. Não é preciso lembrar que não basta omitir-se de interferir na formulação de uma lei para ficar depois dispensado de obedecê-la. Parodiando o imperativo máximo da bioética, ao invés do ‘consentimento informa-

do' que os bioeticistas unânimes exigem que se obtenha dos humanos submetidos a pesquisa, aqui, os cientistas sociais estão sendo submetidos a procedimentos cirúrgicos nas normas que ditam o que é permitido no seu ofício, sem que cheguem a estar nem informados nem consentientes.

### **GT: EM BUSCA DA FÓRMULA DE UMA INSTÂNCIA PERMANENTE**

O 'GT Informação', da SBPC, é formado por representantes de sociedades científicas (pelo menos 12 delas estão representadas), cujas categorias estão intrinsecamente envolvidas com estatísticas sociais, seja como consumidores (dependem dos índices para nortearem ou informarem suas pesquisas, ou para tomar decisões administrativas ou estratégicas, etc.), senão também como produtores.

Dentre as atividades em que se concentrou até agora, destacam-se a 'consulta aos usuários', a análise comparativa de políticas públicas de informação em diversos países, e o levantamento da legislação federal que regula a produção de informações estatísticas:

1) A 'consulta aos usuários': em fins de 1998 foi encaminhado às entidades participantes do GT para distribuição entre os seus associados, e também a outras entidades e 'usuários estratégicos' de dados estatísticos, um questionário a respeito do uso de bancos de dados, avaliando quais os usados, meio de acesso, grau de

satisfação, etc. Apesar da fraca resposta (menos de duzentos respondentes), os dados obtidos foram tabelados, e os resultados considerados indicadores válidos da opinião de uma fatia de usuários, a serem levados em consideração no desenvolvimento das demais análises.

2) Iniciou-se a análise de alguns trabalhos acadêmicos de políticas públicas de informação estatística, comparando as soluções adotadas em diferentes países. Alguns tópicos são recorrentes, como a discussão sobre a pertinência da centralização de um sistema nacional de estatísticas oficiais, a independência do órgão produtor face ao poder público, o princípio de que a informação é um bem público que obriga a sua ampla divulgação, a garantia da privacidade dos cidadãos pesquisados. Também é um tema obrigatório o da necessidade de uma estrutura de decisão política que não se concentre exclusivamente no próprio órgão produtor, mas que comporte a interveniência de um conselho ou comitê consultivo — cuja constituição em muito varia em cada caso, tanto quanto ao modo como se escolhem seus membros (e.g. indicados por ministros de Estado, ou vinculados ao parlamento), como quanto ao prazo de participação de cada membro, o seu vínculo institucional (e.g. especialistas membros da comunidade científica, ou representantes de entidades da sociedade civil mais geral).

3) Também foi iniciado um exame preliminar da legislação fede-

ral que regulamenta o setor estatal de produção de indicadores sociais, reunindo basicamente os decretos e as leis que regem a Fundação IBGE, os que estabelecem a produção do RAIS, e os que visam ao compartilhamento ou integração das informações de bancos de dados mantidos por órgãos estatais.

Todos os esforços até agora têm por alvo o horizonte de trabalho do grupo, qual seja: (1) a produção de um **documento** de análise crítica e recomendações de política pública para o setor, especialmente que apresente e embase a proposta de formação de uma instância decisória colegiada a nível federal, um comitê com poderes de determinar a política nacional de informação; (2) a articulação e preparação de um '**2º Fórum** Nacional de Usuários' onde todos os resultados possam ser submetidos a escrutínio público.

Os trabalhos estão ainda em curso, e, após anos de política autoritária, tecnocrática ou simplesmente burocrática para o setor, é encorajadora uma iniciativa desta natureza, que pode vir a ter conseqüências significativas para o modo como se produz e consome estatísticas sociais no país.

---

---

## Notas e referências

As declarações de Simon Schwartzman foram retiradas de dois de seus textos, um de 1995, “Informações Estatísticas e Justiça Social” (disponível eletronicamente em <http://www.fdb.org.br/simon/confest1.htm>), e outro de 1997, “O Espelho do Brasil: apresentação do relatório anual do IBGE de 1996” (disponível eletronicamente em <http://www.fdb.org.br/simon/espelho.htm>).

Alguma informação sobre os trabalhos do ‘GT Sociedade da Informação’ do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia pode ser apreendida da leitura do documento “Ciência e Tecnologia para a Construção da Sociedade da Informação no Brasil”, de autoria de Campos, Lucena e Meira, de 1997, e disponível no sítio do Conselho em <http://www.cct.gov.br/gtsocinfo/>

Quanto à Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, de 10 de outubro de 1996, que dispõe sobre “Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos”, ela pode ser consultada a partir da página *web* da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, em [http://www.saude.gov.br/web/conselho/Pgcomissoes3\\_1.htm](http://www.saude.gov.br/web/conselho/Pgcomissoes3_1.htm). Quem primeiro me chamou a atenção para o que estava em curso nesta Comissão foi o Prof. Theophilos Rifiotis (UFSC), que aliás voltou a mencionar brevemente o assunto no último *Boletim da ABA* (nº 30, II/98, p. 43).

Na formulação deste artigo, muito proveito tirei das análises e sugestões feitas por Nelson Senra em um artigo de 1998 publicado na *Revista da ANPEC* (Brasília, n. 4, fev/98, pp. 199-211), intitulado “As Sociedades Científicas e a Informação Estatística. O SBPC/GT-INFORMAÇÃO, (Des)Encontro Marcado entre Usuários e Produtores?” (Obs.: ANPEC é a Assoc. Nac. de Centros de PG em Economia). Também dos resumos das reuniões do GT, que Ilara Hämmerli Sozzi de Moraes, representante da ABRASCO, permitiu consultar.

---

---



## ETAPAS DE APERFEIÇOAMENTO DO *SISTEMA DE INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES DE ANTROPOLOGIA*.

---

**DADOS PRELIMINARES DA  
PRODUÇÃO ACADÊMICA  
BRASILEIRA ENTRE 1945 E 1999**

**ÁLVARO DE OLIVEIRA D'ANTONA**

Antropólogo.  
Gerente da Home Page da ABA

---

A importância da manutenção sistemática das informações sobre os trabalhos produzidos pela comunidade acadêmica, em qualquer área, é inegável. Bancos com dados dessa natureza constituem-se em importantes fontes de pesquisa, não só para a reconstituição da história de disciplinas mas também por facilitar buscas bibliográficas. Acreditando nisso, em vários momentos da história da Associação Brasileira de Antropologia - ABA - esta se ocupou da tarefa de compilação de informações sobre as dissertações e teses em antropologia defendidas por pesquisadores brasileiros.

Apesar dos esforços, o acervo acumulado em catálogos de periodicidade irregular não está isento de problemas. Dentro de um mesmo catálogo falta uniformidade no conteúdo de cada obra mencionada; entre os catálogos falta padronização das informações disponíveis; há divergências entre os dados contidos em uma e outra produção; o conjunto dos volumes não cobre plenamente a produção antropológica nacional. Há, ainda, o relativo incômodo de se ter que recorrer a vários volumes para a realização de pesquisas bibliográficas consistentes, além das dificuldades de atualizações e correções de dados já publicados em papel.

Estas constatações não condenam o trabalho passado. Servem, de

fato, para enaltecer esses esforços de sistematização em momentos em que a tecnologia disponível não era tão favorável para a construção de bancos de dados, e para destacar que a tarefa é grande demais para ser realizada por pequenos grupos de pessoas, em momentos específicos. A sistematização é tanto melhor quanto maior for o número de colaboradores; o grau de atualização do acervo, em qualquer momento, depende da continuidade do processo de atualização e retificação dos dados. Portanto, o trabalho pressupõe a participação dos Programas de Antropologia, dos Professores Orientadores e, é claro, daqueles que produziram as teses e dissertações – os maiores beneficiados com a existência da sistematização.

Aproveitando as facilidades da informática, no início dos anos 90, a ABA criou um banco de dados com registros bibliográficos da produção acadêmica nacional. Antes disso, os volumes impressos possibilitavam a consulta por ano de defesa e/ou programa; com a informatização, ampliaram-se as possibilidades de buscas para quaisquer componentes do banco, tais como: autor, assunto, orientador... Mas os problemas permaneciam: a divulgação ainda era restrita, inexistia um processo regular de alimentação dos

dados, e os registros nem sempre eram consistentes em relação às antigas publicações.

A partir de 1996, a ABA passou a proceder de forma diferente. Ao invés de pesquisar a produção acadêmica dos últimos anos para lançá-la como mais um volume impresso, a Associação preocupou-se com a criação de uma base de dados que pudesse cobrir toda a produção pretérita de forma “homogênea” para, a partir desse ponto, criar formas de consulta e atualização que garantissem a manutenção e a utilização do acervo.

Um novo banco de dados foi criado. Nele foram reunidos os conteúdos das antigas publicações da ABA e incorporados os registros de bancos de dados já existentes – fornecidos por Cristina Rezende Rubin e Jayme Moraes Aranha Filho. Eram, na medida do possível, os dados disponíveis por um processo de “aperfeiçoamento” que consistiu de:

- padronização dos campos / informações (nome do autor, título do trabalho, instituição, nível, número de páginas, ano do ingresso, ano da defesa, orientador, banca, palavras-chaves, resumo, área geográfica/etnia, e-mail);
- padronização dos nomes de autores, orientadores (evitaram-se as abreviações e omissões de sobrenomes) e instituições;
- eliminação de divergências e/ou duplicidades;
- inclusão de palavras-chaves, resumos e outras informações disponíveis ora em uma publicação ora em outra.

Como resultado imediato, conseguimos um cadastro passível de consultas mais precisas. Ainda assim, havia um grande número de registros nos quais faltava algum tipo de dado e, suspeitou-se, faltavam teses e dissertações que eventualmente não constavam nas nossas fontes originais.

Teve início a segunda fase do trabalho: a divulgação e atualização dos resultados. Para facilitar o contato dos associados com o banco de dados, um sistema de cadastro e consulta foi criado no *site* da ABA (<http://www.unicamp.br/aba>). Por meio desse sistema, os usuários têm realizado pesquisas bibliográficas por qualquer chave (autor, programa, assunto, etnia...) e têm contribuído para a melhoria do acervo uma vez que o sistema de cadastro permite a inclusão e a correção de informações.

Infelizmente, ainda não é possível uma exposição mais profunda sobre a produção científica das últimas décadas mas parece oportuno fazer um breve resumo das informações disponíveis, mesmo que em caráter preliminar (posto que faltam muitos dados) e na forma de “curiosidades estatísticas”.

## DIMENSIONANDO O UNIVERSO

- São 1.198 trabalhos cadastrados.
- Dentre os 1150 trabalhos que informam a titulação, 885 são de Mestrado; 245 de Doutorado; 20 são de outros níveis.

- O trabalho mais antigo registrado é a tese de doutorado defendida em 1945, na USP, por Lavinia Costa Raymond sob a orientação de Roger Bastide.

## ALGUNS AVANÇOS NA QUALIDADE DOS DADOS

- 725 trabalhos (60%) apresentam resumo – o cadastro anterior tinha 24% de registros com esta informação.
- 950 trabalhos (79%) apresentam palavras-chaves – no cadastro anterior, 38% dos registros continham esta informação.

## APERFEIÇOAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DAS PESQUISAS

Com a padronização é possível fazer consultas antes impossíveis. Por exemplo:

- Dentre 1192 trabalhos que trazem a informação sobre a instituição, 278 foram defendidos na USP, 268 no MN-UFRJ e 140 na Unicamp – o que corresponde a aproximadamente 58% das defesas realizadas no país.
- Dentre 845 trabalhos que informam o nome do orientador, *Gilberto Cardoso Alves Velho* é o profissional mais citado: 38 vezes.
- Dentre 950 trabalhos que apresentam alguma palavra-chave, a expressão *etnologia indígena* aparece 110 vezes; *estudos urbanos* aparece 95 vezes; *religião*, 88 vezes; *trabalho*, 85; *antropologia econômica*, 63; *gênero*, 55; *rito ou ritual*, 47; *afro-brasileiros*, 31; *campesinato*, 21.

## SINAIS DE TRANSFORMAÇÃO

Para um grupo de 148 trabalhos que apresentam a data de admissão ao programa de pós-graduação e a data de defesa, o tempo médio de permanência do aluno em cada curso é:

	<i>doutorado</i>	<i>mestrado</i>
Década de 70	sem informação	7 anos e 9 meses
Década de 80	6 anos e 7 meses	5 anos e 7 meses
Década de 90	5 anos e 6 meses	3 anos e 7 meses

Para um grupo de 452 trabalhos que apresentam o número de páginas, o número médio de páginas por tese/dissertação é:

	<i>doutorado</i>	<i>mestrado</i>
Década de 70	271	191
Década de 80	432	242
Década de 90	356	192

Obviamente esses dados mereceriam um tratamento estatístico mais elaborado e uma discussão mais aprofundada abrangendo fatores não quantitativos. Mas para que isso seja realmente possível e traga resultados realmente válidos, é preciso completar as lacunas remanescentes.

Chegamos então ao momento atual do trabalho e ao real objetivo deste texto. Mais que prestar contas do processo e divulgar o banco de dados, temos a intenção de mobilizar a todos para o esforço de atualização da base disponível. Apesar dos avanços, ainda há muito a fazer e precisamos de colaboração.

Aos Programas de Pós-Graduação em Antropologia enviamos relações de trabalhos defendidos, ano a ano, e solicitamos que ratifiquem os dados existentes e incluam os que faltam. Simultaneamente, estamos disponibilizando listas com os trabalhos por cada orientador cadastrado, e esperamos que os mesmos confirmem os dados dos trabalhos por eles orientados.

Esperamos também que os autores consultem as páginas da ABA na internet e verifiquem se seus trabalhos estão adequadamente registrados.

Para as atualizações, preferimos os meios digitais pois isso agiliza nosso trabalho de inclusão dos dados. Pela internet, basta preencher o formulário específico (o sistema é atualizado cerca de 2 vezes ao mês). As informações também podem ser mandadas em disquete para a secretaria da ABA em arquivo com formato texto (txt) ou outro qualquer compatível com Word para Windows.

Adicionalmente, estamos anexando a versão impressa do formulário para aqueles pouco acostumados ao uso do computador e da internet.

Até o próximo número do *Boletim da ABA*, onde pretendemos divulgar os resultados deste mutirão, esperamos dispor dos dados já tornados consistentes, pois, além das atualizações no banco de dados, pretendemos organizar um catálogo impresso que cubra toda a produção nacional até o ano de 1999.



---

---

### CIBELE BARRETO LINS VERANI

Antropóloga.  
Integrante da Comissão  
Intersetorial de Saúde do Índio  
do Conselho Nacional de  
Saúde Pesquisadora associada  
em C&T da ENSP/Fiocruz.  
Representante da CISI na  
Comissão de Formulação da  
Política de Saúde do Índio da  
Secretaria de Políticas do  
Ministério da Saúde

---

---

### COMO DESCENTRALIZAR A SAÚDE DO ÍNDIO?<sup>1</sup>

Atualização feita por Cibele Barreto Lins Verani de entrevista publicada por Cristina Ruas, Editora, no Jornal do CONASEMS (Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde do SUS), ano III, nº 46, set./out. de 1998: 8-9.

Como a lei do SUS (Sistema Único de Saúde) poderá se adequar à saúde do índio? Como se poderá descentralizar a atenção ao indígena, sem imediatamente municipalizá-la, sem a adequação necessária? Isso representa a extinção da responsabilidade da FUNAI com a saúde dos índios? Tais questões foram objeto de discussão durante o Workshop sobre Distritos Especiais Indígenas “Gestão, Gerência e Modelos Organizacionais”, promovido pela Fundação Nacional de Saúde (FNS) e pela Comissão Intersetorial de Saúde do Índio (CISI) do Conselho Nacional de Saúde (CNS/Ministério da Saúde), nos dias 5 a 9 de outubro de 1998, bem como de todas as reuniões da CISI em 1998. Em 1999, o Departamento de Operações da Fundação Nacional de Saúde (DEOPE/FNS) incorporou as sugestões do Workshop e da CISI e está submetendo a reuniões macro-regionais uma proposta

para organização de Distritos Sanitários Especiais Indígenas. Essas reuniões culminarão com a realização da 3ª Conferência Nacional da Saúde do Índio, ainda no primeiro semestre de 1999.

Por sua diversidade – em torno de 250 etnias e mais de 170 línguas – a população indígena deve ter atenção diferenciada, não como um privilégio, mas sim para que o índio possa receber o mesmo direito de assistência que qualquer cidadão. Além da língua, sua moradia é de difícil acesso e, devido à cultura distinta, lhe é dificultado o acesso aos benefícios da sociedade nacional. Poucos são aqueles que adquirem carteira de identidade, título de eleitor, emprego, assistência médica, e o fato é que o índio vive na marginalidade social, ideológica e política.

Outra indagação que se faz é se o gestor municipal, com as poucas verbas que lhe chegam do Sistema Único de Saúde, irá abrigar a saúde do índio de forma devida, isto é, diferenciada, para que seja universal e igualitária.

O movimento sanitário indigenista brasileiro defende a criação do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI). Com base descentralizada, este Subsistema Diferenciado de Saúde do Índio substituirá o município nas ações de saúde

do índio, adequando tais ações às especificidades etno-culturais dos povos indígenas, visando a implementação de programas de atenção integral para regiões definidas a partir de bases étnicas, históricas, epidemiológicas e geográficas. Tal proposta foi aprovada em forma de moção na 9ª e na 10ª Conferências Nacionais de Saúde. Atualmente, o Ministério da Saúde tem uma proposta de reorganização da assistência ao índio, baseada: no Relatório Final da 2ª Conferência Nacional de Saúde do Índio (Luziânia, 1993); no texto constitucional sobre o indígena (Constituição Federal, Arts. 196 a 200) e sobre o SUS (Art. 9º); no Projeto de Lei nº 4.681-C/94 do Deputado Sergio Arouca (conhecida por Lei Arouca), que se fundamentou, por sua vez, no Relatório Final da 2ª Conferência Nacional de Saúde dos Povos Indígenas; no Parecer da 6ª Câmara da Procuradoria Geral da República (de Minorias) de 1998 (o qual considera inconstitucional o Decreto Presidencial 1.141/94, que revoga os Decretos 23/91 e outros, criando a Comissão Intersetorial-CIS); e em outros documentos (Relatório Final do Workshop de novembro de 1998, Relatório da CISI encaminhando ao Conselho recomendações sobre a necessidade de um subsistema de Saúde do Índio integrado ao SUS, etc.). A base organizacional dessa proposta do MS seria o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), sistema local de saúde (SILOS) que adequaria às especificidades das populações indígenas a promoção,

proteção e assistência à saúde do SUS de forma diferenciada. Esta adequação às especificidades culturais, históricas, epidemiológicas e operacionais do subsistema que atenda aos indígenas é designada como Modelo Assistencial Diferenciado pelos “militantes” do indigenismo sanitário.

Para subsidiar os Secretários Municipais de Saúde neste debate, o *Jornal do CONASEMS* publica parte do trabalho de Cibele Barretto Lins Verani realizado a partir de experiências vividas em Bangladesh, no início do desenvolvimento da Política de Cuidados Primários de Saúde, e no Brasil como membro do movimento sanitário indigenista, através da “participação observante”. Cibele é integrante da Comissão Intersetorial de Saúde do Índio do Conselho Nacional de Saúde, mestre em antropologia social pelo PPGAS/Museu Nacional, pesquisadora associada em C&T da ENSP/Fiocruz e foi eleita, na última reunião de 10/3/99, para representar a CISI na Comissão de Formulação da Política de Saúde do Índio da Secretaria de Políticas do Ministério da Saúde.

### **A POLÍTICA DE SAÚDE DO ÍNDIO E A ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS NO BRASIL<sup>2</sup>**

Os povos indígenas da América, como todas as sociedades humanas, sempre tiveram formas próprias de lidar com os problemas de doença, cura e prevenção.

A partir do “descobrimento” (processo de colonização pelos po-

vos de origem européia), houve a introdução de novos agravos à saúde até então desconhecidos, como a varíola e formas letais de tuberculose, nas tentativas de escravização do índio como mão de obra do sistema colonial.<sup>3</sup> Houve igualmente a introdução de novas doenças na Europa, levadas pelas naus desbravadoras. Concomitante ao processo de conquista, foram instaladas nas novas fronteiras missões religiosas, em especial as jesuítas. A disseminação da tuberculose guarda estreita relação com a implantação destas missões.<sup>4</sup>

Desde então, até o início do século atual, quando a questão indígena passou a ter uma política oficial de “pacificação” e “assistência” laica assumida pelo Estado, a assistência à saúde do índio limitava-se a um complemento assistencial dependente da política de catequese, ou do uso da medicina tradicional indígena. Algumas iniciativas isoladas, porém, acompanharam os processos de expansão das fronteiras nacionais ao longo dos séculos que se seguiram.

Somente a partir do início do século XX, com a atuação de Rondon e seus seguidores, que culminou com a instituição do SPI (em 1910), a assistência à saúde do indígena passou a ter uma atenção do Estado a nível nacional. Podemos especular se o modelo de assistência, baseado na assistência médica curativa desenvolvida por indivíduos nas aldeias e alguns nos Hospitais Indígenas (Casas do Índio), efetivamente

colocava à disposição dessas populações os mesmos recursos técnicos disponíveis à população nacional (Regina Erthal, comunicação pessoal). Não obstante, já havia consenso de que a população indígena requeria uma estrutura específica para o atendimento aos seus problemas, em particular os de saúde, devido a fatores culturais e operacionais (áreas de difícil acesso), além dos epidemiológicos (falta de memória imunológica dos grupos de contato recente para as doenças infecciosas que causavam altos índices de mortalidade,<sup>5</sup> e dos político-ideológicos (discriminação social; estereótipos do indígena como “selvagem” e, portanto, como uma ameaça a ser extinta; ou “preguiçoso”, com a conseqüente cobiça pela exploração do potencial econômico de suas terras para agropecuária, extração de madeira e outros produtos de forma não sustentável, garimpagem, etc., presentes em grau muito mais acirrado em certas regiões no nível local, levando ao conflito com as povoações municipais do entorno das terras indígenas).

Na segunda metade do século XX, destaca-se a atuação do Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas (SUSA) no Ministério da Saúde. A partir da experiência de Noel Nutels como responsável pela assistência à saúde na Expedição Roncador-Xingu, esse sanitarista implantou junto com o recém criado Correio Aéreo Nacional (CAN) um modelo de assistência aérea, levando equipes volantes constituídas por médicos sanita-

ristas, enfermeiros e técnicos em saúde para áreas de difícil acesso onde se localizavam as populações indígenas, estendendo no entanto essa assistência curativa e preventiva (controle da tuberculose, vacinação anti-variólica, diagnóstico, tratamento clínico e encaminhamento) à população envolvente.<sup>6</sup>

O SUSA era organicamente vinculado ao Ministério da Saúde. Posteriormente, as atividades de Saúde do Índio nesse Ministério passaram a vincular-se às Unidades de Atendimento Especial (UAE) e, por último, ao programa de Controle da Tuberculose.<sup>7</sup>

Na década de 60, o antigo SPI cedeu lugar à FUNAI (criada em 1967), órgão do Ministério do Interior.

Na década de 80, a FUNAI, e com ela o modelo assistencial das Equipes Volantes de Saúde (EVS's), sofreu ingerências políticas e administrativas externas assim como um processo de estrangulamento financeiro progressivo, que resultou no desmonte de suas atividades-fim.

No âmbito da política nacional de saúde, o movimento de Ações Integradas de Saúde (AIS) buscava organizar as ações desintegradas das múltiplas instituições governamentais e privadas que assistiam a população brasileira. Tal movimento, que posteriormente confluiu no Movimento de Reforma Sanitária, serviu de sustentação social para a organização e implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), baseado nos princípios do modelo internacional da

Política de Cuidados Primários de Saúde descritos na Declaração de Alma-Ata, da Organização Mundial de Saúde, de 1978: universalidade do atendimento (equidade), unificação, hierarquização e descentralização das ações de gerência, planejamento e gestão.

O SUS, já contemplado pelo novo texto constitucional no final da década de 80 e normatizado pela Lei Orgânica de Saúde (Lei nº 8080/90) e a Lei 8141/90, no entanto, não estabelecia a forma como a saúde das populações indígenas seria integrada ao Sistema.

Em 1991, o Decreto Presidencial nº 23 vai conferir base legal para a política indigenista proposta na 1ª Conferência Nacional - Proteção à Saúde do Índio.

O decreto 23/91, que dispunha sobre as atividades de saúde, delineava alguns elementos para um novo modelo assistencial inspirado nos princípios do SUS, com coordenação da recém-criada FNS, em conjunto com a FUNAI e com organizações religiosas, universidades, centros de pesquisa e organizações indígenas e indigenistas. A forma de operacionalização da atenção à saúde do índio seria por projetos e apontava para a figura do Distrito Sanitário Especial Indígena, que ganhava corpo no movimento indigenista vinculado à Saúde, por influência do movimento de implantação do SUS. O primeiro DSEI criado foi o Distrito Sanitário Yanomami (DSY), no Amazonas e Roraima. Posteriormente, foi criada a Coordenação de Saúde

do Índio (COSAI), subordinada ao Departamento de Operações da FNS. O DSY foi criado como parte da estrutura orgânica da FNS, subordinado às Regionais de Roraima e Amazonas.

A figura do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) ganhou corpo como base descentralizada local (e não somente o município, pois as terras indígenas podem conter um ou mais municípios, ou até parte de vários estados) do subsistema diferenciado de atenção à saúde do índio, para que o distrito possa integrar ao SUS as ações das várias instituições que atuam no campo, incluindo aí os municípios interessados, integrando-as e adequando-as às especificidades culturais, epidemiológicas e operacionais dos povos e terras indígenas.

A organização da assistência à saúde do índio no âmbito do SUS subordinou-se, porém, aos avanços e retrocessos de seu processo de implantação. Em 15/8/91 foram criadas, no Conselho Nacional de Saúde, as Comissões Intersetoriais (dentre elas a de Saúde do Índio - CISI), que teriam por funções a definição de políticas de saúde para os setores específicos e o assessoramento técnico ao CNS. Atualmente, as comissões do CNS, dentre elas a CISI, bem como o próprio CNS, passam por reformulações de objetivos, papéis e composição.

Em 1994, o decreto 1.141/94, revogando o decreto 23/91, instituiu a Comissão Intersetorial (CIS) que, reunindo representantes de vários ministérios sob a Presidência

da FUNAI, emitiu sua resolução nº 2, que estabeleceu um Modelo baseado em Planos Integrados para a Assistência à Saúde do Índio (PIASI), absorvendo várias propostas da CISI, do Relatório Final da 2ª Conferência e de outros documentos, estabelecendo, no nível local, os Conselhos Locais de Saúde (CLS), e separando atribuições para as duas instituições: as de caráter assistencial atribuídas à FUNAI, e as de caráter preventivo e de treinamento de pessoal atribuídas à FNS, domínios em que cada uma detinha experiência e resolutividade maior.

### **A CISI, O CONTROLE SOCIAL E A POLÍTICA DE SAÚDE DO ÍNDIO DO SUS**

A Comissão Intersetorial de Saúde do Índio (CISI) do Conselho Nacional de Saúde (CNS - órgão de controle social do Ministério da Saúde e supervisor das políticas na área da saúde) foi criada como órgão setorial de assessoramento técnico, de formulação de políticas e de controle social. Esta última função passou a ser assumida por seus membros, militantes do movimento sanitário indigenista e lideranças regionais indígenas, bem como pelos participantes da 2ª CNSI e outros fóruns que se seguiram. Não obstante, o CNS vem, desde a gestão passada, considerando a CISI como um mero órgão de assessoria técnica às políticas levadas ao Conselho, o que leva a uma redução substancial tanto no número de membros quanto no

seu papel, revertendo-o, de gerador de demandas e caixa de ressonância nacional dos problemas de saúde mais graves do setor, para um órgão que teria por função somente assessorar o CNS nas demandas que este encaminhasse à Comissão. Trata-se de fato de uma redução substancial no papel que esse órgão tem exercido em prol do movimento sanitário indigenista e da defesa dos direitos indígenas em todos os seus anos de existência.

A CISI teve, no início de seus trabalhos em abril de 1998, a solicitação da Coordenação do CNS para elaborar recomendação ao Conselho (que, uma vez aprovada, poderia tornar-se Portaria Ministerial) com as principais diretrizes para a criação do Distrito Sanitário Especial Indígena (único órgão do subsistema ainda não definido legalmente). Tal recomendação deveria incluir a avaliação de alguns casos concretos de aplicação dos princípios da Política de Saúde do Índio, proposta pela 2ª CNSPI e pela Resolução nº 2 da CIS, de criação dos primeiros DSEI e de Conselhos Locais de Saúde. Neste caso se inserem as experiências do Distrito Sanitário Yanomami, do Distrito Sanitário do Leste de Roraima, da Região do Alto Rio Negro, do Rio de Janeiro (cuja participação do município de Angra dos Reis é exemplar), dos vários Núcleos Locais estabelecidos no Estado do Mato Grosso e no Amazonas, e de outras regiões menores de outros estados como Rondônia, etc.

A CISI resolveu analisar esses casos através de debate, procurando explicitar, em relação às experiências concretas, os problemas e sucessos da aplicação dos princípios do SUS e do Modelo proposto para a Política Nacional de Saúde do Índio, com o objetivo de iniciar a implantação do Subsistema de Saúde do Índio do SUS, minimizando os erros que acompanham a implantação de qualquer organização ou política estabelecida a partir de princípios ideológicos gerais ou inspirados em outras realidades diversas, como é o caso de outros países.

A partir dessa iniciativa, e já se prevendo o aporte de recursos para a área de saúde do índio através do projeto “VIGISUS” (projeto de apoio à implantação da Vigilância Epidemiológica e em Saúde no SUS, financiado pelo Banco Mundial e Governo Brasileiro para a FNS) em 1999, foi realizado o Workshop sobre Distritos Sanitários Especiais Indígenas - Gestão, Gerência e Controle Social pela COSAI, com o apoio da FUNAI. O grande resultado positivo desta Oficina foi reafirmar os princípios já consolidados no Relatório da 2ª Conferência e divulgar os graves problemas da área e a necessidade da definição pelo órgão gestor do SUS de uma Política de Saúde para os povos indígenas, aos setores externos à área técnica e militantes do chamado indigenismo sanitário, os quais, assim como a população de que se ocupam, são alvo de marginalização social e política inclusive nos setores profissionais. Dentre esses setores externos ao

“gueto” em que se encontrava a saúde indígena, é mister mencionar setores técnicos e de nível decisório hierarquicamente superiores, como a Secretaria de Políticas de Saúde, a Secretaria de Assistência à Saúde e de membros do Conselho Nacional de Saúde.

O primeiro relatório final do Workshop, porém, não agradou totalmente à CISI, que contribuiu para a reelaboração do documento escrevendo um outro para encaminhar, em anexo, o Relatório Final do Workshop e, novamente, o da 2ª Conferência ao CNS, junto com as recomendações da CISI para implantação imediata do subsistema de Saúde do Índio pelo Ministério da Saúde e revogação do Decreto Presidencial 1141/94, já considerado inconstitucional pela procuradoria da República (vide citação supra). Esse documento e recomendações foram todos aprovadas no CNS em sua reunião de 2 e 3 de dezembro de 1998. Também foi de iniciativa da CISI a recomendação no sentido de que fosse criada na Secretaria de Políticas de Saúde uma Comissão de Formulação de Política de Saúde do Índio, o que está sendo feito desde 30/03/99, data da Portaria nº10/99 do Secretário de Políticas de Saúde do Ministério.

Paralelamente, o DEOPE/FNS assumiu a responsabilidade de propor um novo modelo organizacional para a Saúde do Índio baseado nos documentos citados anteriormente, como proposta inicial do Executivo, a ser discutida em reuniões distritais. A proposta foi submetida a contri-

buições e questionamentos dos membros da CISI em reunião financiada pelo DEOPE em 10/3/99 e será discutida nos cerca de 30 distritos macro-regionais definidos previamente em mapa que acompanha a proposta. Esse movimento de conformação da proposta e discussão iniciou-se em janeiro de 1999 e já em março e abril foram realizadas Reuniões Distritais, prevendo-se a consolidação da proposta final para maio/junho, quando será realizado o 2º Fórum de Saúde do Índio, que poderá vir a tornar-se a 3ª Conferência Nacional de Saúde dos Povos Indígenas. Já foram criados também, através de portaria da Presidência da FNS, os DSY e DSL (Distrito Sanitário do Leste de Roraima), vinculados diretamente ao nível central, atualmente COSAI/DEOPE, cuja tendência é transformar-se em um futuro Departamento de Saúde do Índio da FNS.

Finalmente, é importante citar que a proposta da FNS de reorganização da Saúde do Índio no Ministério da Saúde prevê uma medida provisória presidencial, na qual seriam repassados recursos humanos, financeiros e materiais da FUNAI para a FNS, que se transformaria no Departamento de Saúde do Índio e Operações da FNS. Essa portaria foi objeto de um longo processo de elaboração e negociação entre várias instituições e setores destas, sendo, finalmente, acordada pela Presidência da FUNAI e da FNS uma versão na forma de decreto que está tramitando nos órgãos superiores jurídicos, financeiros e políticos de decisão.

## A SITUAÇÃO DE SAÚDE E A ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DO ÍNDIO NO ÂMBITO DO SUS

A situação de saúde das populações indígenas brasileiras tem sido informalmente considerada como calamitosa. Dados informais recentes do Departamento de Saúde da FUNAI, que cremos superestimar a população, resultam em uma taxa de mortalidade de 7,90 óbitos por mil habitantes!

Essas taxas de mortalidade parecem altíssimas em comparação com o restante da população brasileira, embora discrepantes de área para área. Constata-se a enorme subnotificação, inclusive de dados populacionais, e a falta de consolidação e análise sistemática no nível central da FUNAI dos relatórios bimestrais das ADR's,

exceção feita ao Relatório de Meirelles (1998), que consolida e analisa os dados do ano passado. A predominância de infecções respiratórias, malária e causas desconhecidas testemunha a falta de assistência especializada para o tratamento e diagnóstico a nível local de doenças infecciosas, cujas letalidades são perfeitamente preveníveis através da atenção primária.

Esse quadro é agravado pela inexistência de uma estrutura organizacional governamental do SUS, integrada à FUNAI, às ONGs e com participação indígena, que chegue ao nível local. Nesta conjuntura, a proposta de organização dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e seu detalhamento normativo, que se pretende seja realizado na 3ª Conferência Nacional de Saúde dos

Povos Indígenas, são pré-condições para o estabelecimento de um sistema de vigilância em saúde, e mesmo de assistência e prevenção dos agravos à saúde e mortalidade dos povos indígenas brasileiros.

Finalmente, existe a necessidade – se projetarmos para um futuro a médio prazo a aspiração de implantação de um sistema de vigilância em saúde, e não somente a de um sistema de informações e vigilância epidemiológica, que são a prioridade da saúde no momento – de se encarar a diversidade etno-cultural e de contato como um dos principais aspectos que dificultam a identificação de fatores de risco dos agravos à saúde dos povos indígenas. Isso exigiria um Sistema de Informações qualitativas antropológicas e de organização dos serviços no nível local.

---

<sup>1</sup> Atualização feita por Cibele Barreto Lins Verani de entrevista publicada por Cristina Ruas, Editora, no Jornal do CONASEMS (Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde do SUS), ano III, nº 46, set./out. de 1998: 8-9.

<sup>2</sup> Trechos atualizados de comunicação apresentada na reunião da ABA/98 e transformada em artigo já aprovado para ser publicado pelo *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* (no prelo).

<sup>3</sup> Cf. DE SOUZA et al. “Saúde e doença. Grupos indígenas pré-históricos do Brasil: Paleopatologia e paleoparasitologia”. In: Ricardo V. Santos & Carlos E. A. Coimbra Jr. (orgs.) *Saúde e povos indígenas*. Rio de Janeiro, Ed. da FIOCRUZ 1994, pp.21-42, p. 28.

<sup>4</sup> Cf. RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.

<sup>5</sup> Cf. BLACK, F. L. “Infecção, mortalidade e populações indígenas: Homogeneidade biológica como possível razão para tantas mortes”. In: Ricardo V. Santos & Carlos E. A. Coimbra Jr. (orgs.) *Saúde e povos indígenas*. Rio de Janeiro, Ed. da FIOCRUZ, 1994. pp.63-87.

<sup>6</sup> Cf. CEREZNIA COSTA, D. “Política indigenista e assistência à saúde. Noel Nutels e o Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas”. In: *Cadernos de Saúde Pública*, III (4):388-401, 1987.

<sup>7</sup> Idem, *ibidem*.



---

---

**MARCIO FERREIRA DA SILVA**

Antropólogo.  
USP/FFLCH/DA  
Representante Titular  
da ABA na CISI

---

---

O Conselho Nacional de Saúde (CNS), órgão de instância colegiada, deliberativa e de natureza permanente do Sistema Único de Saúde (SUS), tem por finalidade atuar, no âmbito dos setores público e privado, na formulação e controle da execução da política nacional de saúde, inclusive nos aspectos econômico-financeiros, nas estratégias e na promoção do processo de controle social em toda a sua amplitude. Esse Conselho, que se reúne ordinariamente onze vezes por ano, é composto por representantes de agências dos setores público e privado integrantes do SUS e por representantes dos usuários, e presidido pelo Ministro de Estado da Saúde. Este último aspecto aponta talvez para uma das principais limitações estruturais do próprio sistema implementado a partir da Constituição de 1988. Isso porque o acúmulo de papéis de Ministro da Saúde e Presidente do CNS embaralha, no topo do sistema, as dimensões da execução e do controle social das políticas de saúde, instâncias que, por definição, não poderiam ser confundidas em qualquer uma de suas esferas locais de atuação e, em especial, na mais abrangente. O CNS dispõe atualmente de doze comissões intersetoriais que têm por finalidade articular políticas e programas de interesse para a

saúde cujas execuções envolvam áreas não integralmente compreendidas no âmbito do SUS, em torno dos seguintes temas assim denominados: alimentação e nutrição, saneamento e meio ambiente, recursos humanos, vigilância sanitária e farmacoepidemiológica, ciência e tecnologia, saúde do trabalhador, saúde da mulher, ética em pesquisa, comunicação social, orçamento e finanças, saúde mental, e saúde do índio. As seis primeiras foram criadas por força de lei, enquanto as outras seis, por deliberação do próprio plenário do CNS. A Associação Brasileira de Antropologia participa, desde o início dos anos noventa, de uma dessas comissões intersetoriais, a de Saúde do Índio (CISI). Além da ABA, participam da CISI o Conselho Indígena de Roraima, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, a União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas, a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, o Conselho Indigenista Missionário, a Fundação Oswaldo Cruz, a Universidade do Amazonas, a Fundação Nacional do Índio, a Fundação Nacional de Saúde e o Ministério da Educação.

As comissões intersetoriais são coordenadas por um membro do

plenário do CNS. A de saúde indígena tem como coordenadora a conselheira Dra. Zilda Arns Neumann. A CISI, em sua última reunião, realizada em 14 e 15 de junho p.p., refletiu sobre os temas da implantação dos distritos sanitários especiais indígenas e do andamento do grupo de trabalho, instituído pela Secretaria de Políticas de Saúde do Ministério da Saúde, dedicado à formulação da política nacional de saúde. Além desses temas, a CISI começou uma reflexão sobre bioética e pesquisas em populações indígenas, que a ABA tem um particular interesse em acompanhar de perto.

Preocupada com o quadro atual de indefinição no desenho e execução das políticas públicas voltadas para a atenção à saúde dos povos indígenas, a ABA dirigiu-se recentemente à presidência do Senado Federal, bem como a todas as lideranças partidárias, manifestando seu apoio à aprovação de um Projeto de Lei que dispõe sobre as condições e funcionamento desses serviços de saúde, que devem ser sensíveis aos direitos constitucionais assegurados a esses povos. Esse Projeto de Lei, que foi apresentado ao Plenário da Câmara em junho de 1994, seguiu para o Senado Federal após haver recebido pareceres favoráveis de todas as Comissões pelas quais foi examinado. No Senado, recebeu pareceres igualmente favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais. A morosidade de sua tramitação é injustificável, tendo em vista o panorama atual da saúde dos povos indígenas,

que, apenas para se ter uma idéia aproximada, é marcado por taxas de mortalidade infantil três a quatro vezes maiores que a média nacional, segundo dados fornecidos pelas próprias instâncias especializadas do setor público. E a média nacional, como sabemos, não é lá grande coisa...



## **DECLARAÇÃO DOS FILHOS DOS RIOS**

**N**ós, Caciques e Lideranças, das etnias Apinajé, Javaé, Xavante, Xerente, Tapirapé, Krikati, Krahô, e Karajá, estivemos reunidos durante três (03) dias, em São Félix do Araguaia, Mato Grosso, para discutir os impactos ambientais, sociais e culturais da construção da hidrovía Tocantins-Araguaia.

Além dos povos indígenas aqui presentes, a hidrovía vai atingir os povos Gavião, Avá-Canoeiro, Gavião/Parkatejê, Parakanã, Aikewar/Surui, Assurini, Xikrin. Serão afetados também as unidades de conservação Parque Nacional do Araguaia, Reserva Extrativista Extremo Norte do Tocantins, Reserva Ecológica Estadual do Lageado (TO), Reserva Extrativista Ciriaco, Reserva Extrativista Mata Grande (MA), Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri, Reserva Biológica do Tapirapé, Área de Proteção Ambiental Igarapé Gelado (PA), Parque Estadual Serra Azul, Área de Proteção Ambiental Estadual Serra Azul (MT).

O rio Araguaia, o rio Tocantins, o rio das Mortes, o rio Tapirapé, e o rio Javaé são moradia histórica dos nossos povos, razão pela qual vamos lutar juntos pela não destruição desses rios que servem para pescar, caçar, banhar, transportar, acampar, e onde realizamos rituais e também temos ligação forte com esses rios por se-

rem parte dos nossos mitos e origens.

A construção da hidrovía trará grandes prejuízos, como: poluição dos rios, destruição do habitat natural de peixes e de tartarugas, prostituição das nossas mulheres, secar rios (Javaé, Tapirapé) e lagos, e ocorrerão invasão das nossas reservas. Por isso invocamos o artigo 231, parágrafo terceiro da Constituição Brasileira.

Entendemos que o projeto da hidrovía não trará desenvolvimento que nossa região merece. Pois esse projeto só prevê a produção de soja e de outros grãos que serão destinados para alimentar porcos, galinhas e gados de outros países, enquanto que os cidadãos brasileiros passam fome, se alimentando dos restos dos lixos, sem nenhum emprego que possa lhes assegurar uma vida digna. Ou será que a vida desses animais vale mais do que nossos rios, nossas vidas e dos ribeirinhos?

Concluimos que o projeto da hidrovía não contribuirá para o avanço da qualidade de vida da população da região do Araguaia e do Tocantins. Por isso queremos que os recursos destinados para esse projeto devem ser aplicados em empreendimentos que gerem mais empregos, na melhoria das rodovias já existentes (BR-158 e BR-242), na conclu-

são das ferrovias Norte-Sul e Ferronorte, na melhoria da educação e da saúde, no reflorestamento das áreas degradadas, nos projetos agrícolas e no ecoturismo.

Nós queremos que o progresso que tanto se fala seja realmente para todos, mas para isso é necessário que o pequeno produtor, os povos indígenas, os ribeirinhos e todo o povo da região participem dele. Por isso lutaremos para que os projetos propostos para a região tragam o progresso que queremos para todos.

Daqui em diante esperamos um diálogo aberto com o Governo Federal para buscar soluções. Pois entendemos que se não houver diálogo conosco, é porque estará se declarando guerra contra os nossos povos.

São Félix do Araguaia, 10 de março de 1999.

Terra Indígena Xerente  
Terra Indígena Krahô  
Terra Indígena Apinajé  
Terra Indígena Krikati  
Terra Indígena Xambioá  
Reserva Indígena Pimentel Barbosa  
Reserva Indígena Areões  
Terra Indígena Urubu Branco  
Terra Indígena Tapirapé/Karajá  
Terra Indígena São Domingos  
Parque Indígena do Araguaia



## **DOCUMENTO PRELIMINAR PARA O ESTABELECIMENTO DE DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - ANTROPOLOGIA, CIÊNCIA POLÍTICA, SOCIOLOGIA**

### **I. INTRODUÇÃO**

De acordo com o Edital 04/97 do Ministério da Educação e do Desporto - MEC “ As Diretrizes Curriculares têm por objetivo servir de referência para as IES na organização de seus programas de formação, permitindo uma flexibilidade na construção dos currículos plenos e privilegiando a indicação de áreas do conhecimento a serem consideradas, ao invés de estabelecer disciplinas e cargas horárias definitivas. As Diretrizes Curriculares devem contemplar ainda a denominação de diferentes formações e habilitações para cada área do conhecimento, explicitando os objetivos e demandas existentes na sociedade”. Para elaborar as Diretrizes do curso foi nomeada pelo MEC uma Comissão de Especialistas do Curso de Ciências Sociais que vem cumprindo esta tarefa através das seguintes etapas:

- Discussão do documento elaborado pela Comissão de Especialistas anterior que estabelecia os Padrões de Qualidade e definia o Perfil do Cientista Social.
- Análise das propostas enviadas pelas IES respondendo à solicitação do MEC feita em 1997. Das 87 IES existentes 14 responderam à solicitação (USP, UNICAMP, UFRJ, UFSC, UFC, PUCRS, PUCCAMP, UFMG, UFM,

UNISINOS, UNB, UERGN, UFG, UFJF).

- Elaboração de um resumo das principais tendências apresentadas nas propostas acima.
- Convocação de um Fórum para uma discussão ampliada durante reunião da ANPOCS 98.
- Elaboração da proposta preliminar que será enviada por mala direta a todas as IES.

### **II. OBJETIVOS DA PROPOSTA DE DIRETRIZES CURRICULARES**

- Propiciar aos estudantes uma formação teórica sólida em torno dos eixos que formam a identidade do curso (Antropologia, Ciência Política, Sociologia e Metodologia) e fornecer instrumentos para estabelecer relações com a pesquisa e a prática social.
- Criar uma estrutura curricular que estimule a autonomia intelectual e a capacidade analítica dos estudantes.
- Partir da idéia de que o curso é um percurso que abre um campo de possibilidades com alternativas de trajetórias e não apenas uma grade curricular.
- Estimular a produção de um projeto pedagógico que explicita os objetivos do curso, a articulação entre disciplinas, as linhas e núcleos de pesquisa, as

especificidades de formação, a tutoria e os projetos de extensão.

### **III. DIRETRIZES CURRICULARES**

#### **1. Perfil desejado para os formandos**

- Professor de ensino fundamental, ensino médio e ensino de terceiro grau.
- Pesquisador seja na área acadêmica ou não acadêmica.
- Profissional que atue em planejamento, consultoria, assessoria e formação de recursos humanos junto a empresas públicas, privadas, organizações não governamentais, governamentais, partidos políticos, movimentos sociais, etc.

#### **2. Competências e habilidades desejadas**

- Autonomia intelectual
- Capacidade analítica
- Habilidade de articular teoria, pesquisa e prática social

#### **3. Conteúdos Curriculares**

Recomenda-se que o currículo seja organizado em torno de três eixos : Núcleo Específico, Núcleo de Formação Complementar e Núcleo de Formação Livre.

- O Núcleo Específico deve constituir a essência do saber característico da área de atuação do cientista social. Entende-se que tal Núcleo deva ser composto de um conjunto de disciplinas obrigatórias e optativas e atividades complementares (vide item 6) que faz parte da identidade do curso

(Antropologia, Ciência Política, Sociologia e Metodologia). Cabe ao Colegiado do curso definir criteriosamente as disciplinas e atividades que definem a especificidade do curso bem como a tradução destas em créditos.

- O Núcleo de Formação Complementar compreende disciplinas e atividades em áreas afins definidas previamente no projeto pedagógico do curso.

- O Núcleo de Formação Livre compreende disciplinas de livre escolha do aluno no contexto da IES.

- O Colegiado do curso deve definir a proporcionalidade de cada Núcleo na totalidade do Currículo.

#### **4. Duração do curso**

O curso de Ciências Sociais deverá ter a duração mínima de 3 anos equivalendo a 2200 créditos e máxima de 4 anos e meio. Nos cursos noturnos a duração mínima poderá ser ampliada para o mínimo de 4 anos e o máximo de seis anos.

#### **5. Estruturação modular do curso**

Os cursos devem incluir no seu projeto pedagógico os critérios para o estabelecimento das disciplinas obrigatórias e optativas, as habilitações, bacharelado e licenciatura.

#### **6. Estágios e atividades complementares**

Devem integralizar a estrutura curricular (com atribuições de créditos)

atividades acadêmicas autorizadas pelo Colegiado tais como: estágios, iniciação científica, laboratórios, núcleos de pesquisa, trabalho de conclusão de curso, participação em eventos científicos, seminários extra-classe, empresa júnior, etc.

#### **7. Conexão com a avaliação institucional**

Os cursos deverão criar seus próprios critérios de avaliação interna, em princípio, em consonância com os critérios definidos pela IES à qual pertencem e com os do PAIUB.

Nota: Sugestões e críticas podem ser enviadas para a SESu aos cuidados de:

Rubens de Oliveira Martins; e-mail: rubens@sesu.mec.gov.br, tel. 061 214-8039.

Heloisa de Souza Martins e-mail: heloisah@usp.br

Ilse Scherer-Warren e-mail: ilse@cfh.ufsc.br

Yvonne Maggie e-mail: yvonne@ifcs.ufrj.br



## ARQUEOLOGIAS URBANAS. MEMÓRIA DO MUNDO

(PRÊMIO PIERRE VERGER DE VÍDEO ETNOGRÁFICO – ABA 1998)

---

---

**SANDRA DE SÁ CARNEIRO**

Antropóloga. Prof. do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

**DIRETORAS DO VÍDEO****PREMIADO**

Ana Luiza Carvalho Rocha e Maria Henriqueta Creidy Satt

**PRODUÇÃO**

Brasil; 1977, 30 m., NTSC, cor

---

---

O filme inicia com uma frase que repercute na sua construção: “O passado não passa, se move”. Retirada de uma das primeiras narrativas apresentadas, essa frase carregada de simbolismo parece expressar também o ponto de vista das diretoras.

A história da colonização de Porto Alegre é reconstruída a partir das lembranças dos pioneiros, que, oriundos de vários países, chegaram ao local para “povoar”, “ocupar”, “dar vida” ao Porto. O filme conjuga as narrativas de oito personagens, cujos nomes só são revelados no final. Conjuga também duas perspectivas: a da história da cidade de Porto Alegre, mais especificamente a partir de dois símbolos – o Porto e o Mercado –, e a das histórias de vida dos narradores. Assim, João, João Fernandes, Luiz, Cláudio, Célia, Ari, Carlos e Antônio são as fontes para a reconstrução de uma história exterior e interior. Através de seus relatos eles articulam reminiscências enquanto testemunhas e participantes da história da cidade. A memória dos informantes é pontuada pelas imagens antigas da cidade, que aparecem como que ancorando a imaginação nos fatos vividos coletivamente.

O Porto e o Mercado são o *locus* da memória coletiva, símbolos da confluência dos diferentes mundos, dos diferentes países. Um dos

personagens vai percorrendo o Mercado, contando sua história e lembrando que “todos os fantasmas de Porto Alegre habitam o Mercado ... não existe uma pessoa que não tem história no Mercado”. Ele afirma: “quero morrer no Mercado”. E diante da ameaça de acabarem com esse espaço, ele conclui: “terminar com o Mercado é terminar com a história”, a história da cidade e de seus moradores, que o filme tão bem mostra segundo a perspectiva daqueles que a vivem.

O que emerge é um jogo fascinante de espelhos, entre os narradores e as coisas narradas, entre os fatos passados e a narração desses fatos – a chegada ao Porto, e a constituição da cidade – atravessada pela história de como se fixaram no local. Transformados em arqueólogos urbanos, os narradores escavam e revolvem o passado, rememorando os acontecimentos. Os relatos são transcritos como imagens, com sons e cores, captados em sua originalidade pela câmera. A cidade prospera, chega o automóvel, chegam os arranha-céus, não há tanto lugar para os fotógrafos lambe-lambe, que registraram em um determinado momento de suas vidas os “progressos individuais”, “retratados” para as famílias de origem, com a primeira roupa nova e outros símbolos da prosperida-

de. O filme é a narrativa dessas narrativas, que as diretoras incorporam, apresentando-as tanto na dimensão afetiva como cognitiva, e tomando-as como vias de acesso para a história objetiva de Porto Alegre ao mesmo tempo que para a história subjetiva desses personagens.

Num cruzamento extremamente rico, as narrativas dinamizam as imagens apresentadas e vice-versa. As reminiscências vão aflorando, ganhando vida nas paisagens, nos contornos, nos interstícios da vida e da cidade, fazendo dialogar o velho e o novo, a tradição e a modernidade. Com a câmera, movem-se as imagens, os personagens e as histórias de vidas; com o processo de urbanização, move-se a cidade. Na trama, público e privado se misturam; as imagens e as narrativas vão se sobrepondo, se cruzando, trançando as redes de significados culturais. Porto Alegre se moderniza e com isso a paisagem vai se transformando, novos atores sociais ganham as ruas, o mercado, a cidade.

As mudanças da cidade são acompanhadas pelas mudanças na vida pessoal. Na evolução dos meios de transporte, carroça, tração animal, trem, bonde são substituídos pelo automóvel no seu acelerado desenvolvimento.

Fatos marcantes, como a construção e reconstrução do mercado, a enchente ocorrida em 1941, fizeram mudar o cenário. A dinâmica da vida no Cais do Porto, antes frequentado por estivadores, marinheiros, carvoeiros, donos e trabalhadores de engenho, hoje já

não tem a mesma efervescência; hoje a paisagem é dominada por novos atores sociais. Antes havia tantos navios aportados que, segundo um dos narradores, mais parecia plantação de navios, navios de todo o mundo.

A direção precisa não constrói apenas a trama, ligando o que é ao que foi, o passado ao presente, a tradição à modernidade; apresenta pessoas de carne e osso, fortemente individualizadas, compondo os personagens cujas biografias se cruzam com a história da cidade ao longo do filme. A paisagem da cidade se confunde com a paisagem das histórias de vida onde “os destinos se cruzam”. Ninguém escapa ao destino, como é lembrado por um narrador, e é no tecido da cidade que ele também se tece. Os narradores travam um diálogo consigo mesmos, realçando o papel que a imigração teve na história local. O filme aborda, dessa forma, os mecanismos sociais da memória como produtora de sentido de vida, mostrando no caso a importância dos pioneiros da cidade, os atores que originalmente vieram ocupar Porto Alegre – imigrantes portugueses, espanhóis, italianos, ciganos, etc. Todos cruzando e cumprindo seus destinos.

O fato histórico do processo de imigração e as suas condições sociais perpassam os relatos através dos quais são reveladas as vicissitudes pelas quais passaram os imigrantes em Porto Alegre. O fio que parece unir o discurso de todos é no sentido de que, apesar das adversidades, eles “cum-

piram seus destinos” – o trabalho e o esforço foram recompensados. A imigração era uma esperança e um desafio, e eles prezam a idéia de que, apesar de todas as dificuldades, conseguiram “vencer”. Por outro lado, a idéia da perda de certos componentes do passado, relacionada ao processo de modernização da cidade que redefine as relações sociais, é dolorosa, e a passagem do tempo se encarrega de transferir esses componentes para a dimensão de uma lembrança preciosa que eles alimentam e que os alimenta.

Dizer simplesmente que a preservação da memória da história de Porto Alegre inspirou a realização do filme, seria desmerecer o trabalho criativo e a dimensão da pesquisa etnográfica tão bem retratada através da “descrição densa” que as diretoras realizam, entre a construção de uma narrativa em que se registram as principais etapas da colonização da cidade e uma análise das condições de vida dos personagens.

O filme nos permite reconstruir as lembranças dos personagens a partir dos próprios meios pelos quais elas se fixaram, estabelecendo uma correlação entre memória e vida, de uma perspectiva da sobrevivência humana e dos mecanismos que asseguram a rotina da vida social. Na Porto Alegre de hoje, não mais habitada pelos marinheiros, estivadores, e carvoeiros do passado, entram em cena novos personagens – a lógica do mercado atinge e modifica o Mercado. No entanto, como já nos disse aquele narrador, os fantas-

mas de Porto Alegre habitam o Mercado e não existe uma pessoa que não tenha história ali ... É assim, que, ao percorrer aquele espaço referencial, ele vai também ladrilhando e reconstruindo a história da cidade em constante transformação. E nos mostrando como é que o passado não passa e sim se move, guardando a memória do mundo.



## ABA 2000

### XXII REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

#### CONVOCATÓRIA PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE TRABALHO

---

---

#### DATA FINAL PARA ENVIO DE

##### PROPOSTAS:

03 de outubro de 1999  
(data de postagem)

##### ENDEREÇO:

ABA 2000  
Associação Brasileira de  
Antropologia  
Museu Nacional -  
Departamento de Antropologia  
Quinta da Boa Vista  
São Cristóvão  
Rio de Janeiro, RJ  
CEP 20940-040  
E-mail: abaufRJ@acd.ufrj.br  
Fax (021) 254 6695  
Telefone: (021) 568 9642

---

---

A comissão preparatória para a XXII Reunião Brasileira de Antropologia, indicada na Assembléia Extraordinária, realizada em Caxambu em outubro de 1998, durante a reunião anual da ANPOCS, constituída pela Diretoria da ABA e dos associados Roque de Barros Laraia, Otávio Velho e Cíntia Ávila de Carvalho, reuniu-se no Museu Nacional, em abril do corrente ano, para estabelecer as diretrizes da próxima reunião bianual da ABA.

Nesta oportunidade, visando à melhor operacionalização do Encontro e a fim de promover novas modalidades de diálogo que ultrapassem o modelo tradicional dos GTs – levando em conta também as modificações que vêm sendo implantadas nas agências de fomento, que acarretam um menor financiamento para a realização de eventos e reuniões científicas – procedeu-se a uma reformulação na estrutura da XXII Reunião Brasileira de Antropologia a se realizar, sob a coordenação local de Roque de Barros Laraia, na Universidade de Brasília de 15 a 19 de julho de 2000. São as seguintes as atividades programadas para a quais convocamos os associados a apresentarem propostas a serem avaliadas pela Comissão de Seleção.

**Simpósios:** reúnem especialistas de instituições e estados diferen-

tes em torno de um tema comum, sendo constituídos de 1 coordenador e 3 participantes. As propostas para esta atividade deverão ser encaminhadas pelos membros do Conselho Científico e das Comissões da ABA, pelos diretores, ex-Presidentes, representantes em Comissões e pelos Programas de Pós-Graduação que fazem parte do Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação na ABA. Deverão conter justificativa, nome e instituição dos participantes, título provisório dos trabalhos e resumo. A justificativa da proposta não deve exceder a 2100 toques e os resumos de trabalhos a 700 toques cada um. Devem ser enviados em disquete, digitado em programa Word for Windows, acompanhados de três cópias impressas.

**Fóruns de pesquisa:** reúnem pesquisadores juniores e seniores de diferentes instituições e estados em torno de um tema que constitua um eixo transversal a diferentes áreas da pesquisa e conhecimento antropológico, a fim de promover um redimensionamento das discussões e novas modalidades de diálogo entre os diversos campos. As propostas para esta atividade deverão ser encaminhadas por dois a três associados, com a devida justificativa que não ultrapasse 2100 toques enviada em

disquete digitado em programa Word for Windows, acompanhado de 3 cópias impressas. As inscrições dos participantes serão feitas após a aprovação da proposta. Os fóruns poderão se reunir diariamente e a proposta deve conter a previsão da duração da atividade.

**Fóruns especiais:** constituem atividades de responsabilidade exclusiva da diretoria da ABA e versarão sobre dois temas: Museus etnográficos: seus desafios e funções; Antropologia: ensino, pesquisa e novos espaços de atuação.

**Cursos:** programação e organização a cargo da Universidade de Brasília.

**Oficinas:** as propostas devem ser encaminhadas com justificativa, descrição das atividades e provável número de participantes.

**Mostra de vídeos e documentários:** a cargo da Comissão Local.

**Mostra de vídeos etnográficos do Prêmio Pierre Verger,** a cargo da Coordenação do Concurso.

**Exposições** a serem tratadas diretamente com a Comissão Local.

**3.** As atividades propostas devem incluir representantes de instituições e estados diferenciados.

**4.** Não serão aceitas propostas enviadas por fax ou por e-mail.

**5.** Só poderão receber financiamento os sócios em dia com o pagamento das anuidades.

**6.** Todos os participantes de atividades deverão pagar a taxa de inscrição.

**7.** Os participantes financiados pela ABA devem entregar com 1 mês de antecedência (15 de março, data de postagem), o texto a ser apresentado, em disquete e 1 cópia impressa.

**8.** A ABA envidará esforços para financiar os participantes de simpósios e coordenadores de Fóruns de Pesquisa. Devido, porém, às incertezas atuais, recomendamos que os proponentes tentem obter individualmente recursos para sua participação junto às FAPs locais e em suas instituições.

## DISPOSIÇÕES GERAIS

**1.** Todas as atividades devem ser submetidas ao Comitê de Seleção, composto pela Diretoria, coordenador da reunião e consultores ad hoc.

**2.** Não haverá financiamento para convidados estrangeiros.



## **PRÊMIO PIERRE VERGER DE VÍDEO ETNOGRÁFICO**

### **EDITAL E NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DO CONCURSO ABA 2000**

**O Concurso de Vídeo Etnográfico** foi criado na XX Reunião Brasileira de Antropologia, em Salvador, em 1996. Na Reunião do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Antropologia, em outubro de 1996, em Caxambu, Minas Gerais, foi aprovado o nome de Pierre Verger para batizar o concurso. O antropólogo e fotógrafo Pierre Verger dedicou-se a transformar a vida baiana e africana em imagens. Nascido na França em 1902, viveu no Brasil desde a década de 40, onde veio a falecer em 1996, deixando-nos uma obra antropológica e fotográfica de inestimável valor.

#### **I. OBJETIVO**

O Concurso de Vídeo Etnográfico da ABA, conferindo o Prêmio Pierre Verger, tem por objetivo apresentar, reconhecer e premiar produções videográficas caracterizadas por enfoques antropológicos com marcante qualidade técnica.

#### **II. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

Os trabalhos submetidos ao concurso serão analisados a partir dos seguintes aspectos:

- a. competência técnica da produção e realização;
- b. linguagem na qual são retratadas as questões antropológicas;

- c. qualidade do roteiro;
- d. relacionamento entre as pessoas e/ou eventos filmados e a equipe técnica.

#### **III. TEMAS E GÊNERO DA PRODUÇÃO**

Poderão inscrever-se no Concurso de Vídeo Etnográfico produções nacionais ou estrangeiras que abordem questões sociais, históricas e culturais contemporâneas; documentários ou ficções sobre pessoas, grupos, processos e eventos relacionados ao fazer etnográfico; vídeos experimentais ou de animação abordando temas de interesse antropológico.

#### **IV. REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO**

As inscrições estarão abertas, exclusivamente, para as produções em formato final vídeo, de caráter etnográfico, que atendam às seguintes condições:

- a. duração média de, no máximo, 60 minutos;
- b. realizadas nos últimos 5 anos (a contar da data da Reunião Brasileira de Antropologia na qual ocorre o concurso);
- c. presença de pelo menos um antropólogo na equipe de realização, ainda que em co-autoria;
- d. são impedidas de concorrer, mesmo quando em co-autoria, as seguintes pessoas:

1) membros da Coordenação do Concurso; 2) membros da Comissão Julgadora do Concurso; 3) membros da Comissão Organizadora da Reunião Brasileira de Antropologia vigente; 4) membros da Diretoria da Associação Brasileira de Antropologia; 5) membros do Conselho Científico da Associação Brasileira de Antropologia.

## V. PERÍODO DE REALIZAÇÃO E INSCRIÇÃO

O Concurso ocorrerá em período anterior à realização da Reunião da ABA à qual estiver referido, e no espaço de tempo estabelecido pela Coordenação e a Diretoria da ABA vigente.

### A) DOCUMENTOS

- Formulário de inscrição no Concurso de Vídeo Etnográfico devidamente preenchido;

- Duas cópias do vídeo, em formato VHS/NTSC (mesmo quando o formato original for outro, incluindo película), identificados por: diretor, título, duração, ano de produção, antropólogo participante e sua instituição.

- A falta de documentos e de cópias de vídeos, assim como das informações pedidas no formulário e no cassete, invalidará a inscrição.

### B) LOCAL

A inscrição e a remessa dos vídeos deverão ser feitas junto à Coordenação do Concurso Pierre Verger de Vídeo Etnográfico, em local designado pela mesma.

### c) Prazo/Condições

As inscrições deverão ser feitas até o dia designado pela Comissão de Coordenação (data de postagem ou entrega pessoal), mediante formulário próprio e envio/entrega dos vídeos.

A entrega poderá ser feita pessoalmente, ou através dos serviços de correio-Sedex, ou ainda outro tipo de entrega rápida, de modo a evitar extravios ou atrasos.

A Coordenação do Concurso Pierre Verger e a ABA não se responsabilizam, em qualquer hipótese ou circunstância, por eventuais danos ou extravios de cópias dos vídeos.

Os candidatos cujos vídeos chegarem à Coordenação do Concurso receberão um recibo comprovando a inscrição.

A Coordenação do Concurso e a ABA se reservam o direito de solicitar aos autores, sem qualquer ônus:

a) doação de 1 (uma cópia) do vídeo enviado para a formação de um acervo videográfico da ABA, com fins culturais, não comerciais, sem direitos de fazer cópias;

b) direito de divulgar trechos do filme junto à mídia, cuja autorização é explicitada no formulário de inscrição para o Concurso de Vídeo Etnográfico

## VI. COORDENAÇÃO DO CONCURSO E COMISSÃO JULGADORA

### A) COORDENAÇÃO DO CONCURSO

A Coordenação do Concurso de Vídeo Etnográfico da ABA será

designada pela Diretoria da Associação Brasileira de Antropologia, e composta por dois membros, antropólogos, sendo pelo menos um deles especialista em imagem e membro da ABA. Um dos dois deverá também ser membro da Diretoria da ABA.

A Coordenação será encarregada:

- das providências prévias ao Concurso e de sua realização;

- de uma pré-seleção dos vídeos inscritos no Concurso, visando facilitar os trabalhos da Comissão Julgadora.

Os dois membros da Coordenação do Concurso farão também parte da Comissão Julgadora.

### B) COMISSÃO JULGADORA

A Comissão Julgadora, ou Júri, será constituída por cinco antropólogos e/ou especialistas em vídeo ou cinema, indicados pela Coordenação do Concurso em concordância com a Presidência da ABA.

A Comissão Julgadora será presidida por integrante da diretoria da ABA.

Caberá ao conjunto do Júri avaliar os vídeos pré-selecionados pela Coordenação do Concurso, e decidir pelo seu mérito e premiação.

## VII. PREMIAÇÃO

A Associação Brasileira de Antropologia concederá um prêmio em dinheiro, cujo valor será estabelecido pela Diretoria da ABA vigente, para o vídeo que se distinguir dos demais no que concerne ao seu conteúdo antropológico e à linguagem visual. O Prêmio terá

o caráter de estímulo para a realização de produções do gênero.

A avaliação de cada vídeo será feita por comparação de seu mérito em relação a todos os vídeos inscritos e aceitos na pré-seleção, independentemente do assunto tratado, do formato original e da duração.

Ao primeiro colocado na avaliação da Comissão Julgadora será também atribuído o Prêmio de Excelência (certificado especial de premiação).

Ficará a critério da Comissão Julgadora atribuir ou não outros prêmios, assim como menções

honrosas, prêmios especiais a produções estudantis ou de ongs, bem como destacar menções especiais para pesquisa, fotografia etc.

Os autores dos vídeos receberão o Prêmio Pierre Verger e seus Certificados de Premiação no decorrer da Reunião Brasileira de Antropologia à qual estiver referido o concurso, em ocasião determinada pela Comissão de Coordenação.

Todos os candidatos cujos vídeos forem aceitos pela Coordenação do Concurso farão jus ao Certificado de Participação no Concur-

so de Vídeo Etnográfico, que obedecerá ao modelo de certificado comum a todas as atividades da RBA.

As decisões da Comissão Julgadora serão irrecorríveis.

## VIII. EXIBIÇÃO DOS VÍDEOS

Os vídeos pré-selecionados pela Coordenação do Concurso serão programados para serem exibidos no decorrer da Reunião Brasileira de Antropologia, segundo critérios e condições da Comissão Organizadora da RBA vigente.

---

---

### ABA 2000 III CONCURSO DE VÍDEO ETNOGRÁFICO PRÊMIO PIERRE VERGER

#### COORDENADORAS

Sandra de Sá Carneiro (UERJ) e  
Patrícia Monte-Mór (UERJ)

#### COMPONENTES DO JÚRI

Sandra de Sá Carneiro (UERJ), Patrícia Monte-Mór (UERJ), Manfredo Caldas (Cineasta/Brasília), Antonio Carlos de Souza Lima (PPGAS/MN/UFRJ), Lilian Schwarcz (USP).

#### INSCRIÇÕES

As inscrições deverão ser feitas até o dia 15 de maio de 2000 (data de postagem ou entrega pessoal), mediante formulário próprio e envio/entrega dos vídeos.

A inscrição e a remessa dos vídeos deverão ser feitas junto à Coordenação do Concurso Pierre Verger de Vídeo Etnográfico, sob a responsabilidade de:

Sandra de Sá Carneiro e  
Patrícia Monte-Mór  
Núcleo de Antropologia e Imagem - NAI/UERJ  
Rua São Francisco Xavier 524, Sala 9103 F - Maracanã  
Rio de Janeiro RJ - Cep 20559 900

A entrega poderá ser feita pessoalmente, no NAI, ou através dos serviços de correio-Sedex, ou ainda outro tipo de entrega rápida, de modo a evitar extravios ou atrasos.

#### PERÍODO E LOCAL DE REALIZAÇÃO

O III Concurso de Vídeo Etnográfico/Prêmio Pierre Verger irá realizar-se no Rio de Janeiro, no mês de junho de 2000, anteriormente à XXII Reunião Brasileira de Antropologia.

#### PREMIAÇÃO E RESULTADO

O valor do prêmio será de R\$ 2000,00 (dois mil reais), e o resultado do Concurso será anunciado na sessão de abertura da XXII RBA, em Brasília, no mês de julho de 2000. Os filmes selecionados para o Prêmio serão exibidos no decorrer da XXII Reunião.



## ATIVIDADES DA ABA NA 51ª REUNIÃO DA SBPC

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DO RIO GRANDE DO  
SUL - PORTO ALEGRE, RS**

**ATIVIDADE:  
MINICURSO (PARA INICIANTES)**

Dia/Local: De 13/07/99 a 16/07/99 - das 08:00 às 09:30h, sala 305 - Prédio 11

Título: *Antropologia do Corpo e da Saúde*

Professores: Ceres Victora (UFRGS); Daniela Riva Knauth (UFRGS) e Ondina Fachel Leal (UFRGS)

**ATIVIDADE:  
MINICURSO (NÍVEL AVANÇADO)**

Dia/Local: De 13/07/99 a 16/07/99 - das 14:30 às 16:00h, sala 305 - Prédio 11

Título: *Antropologia e Direitos Humanos*

Professores: Carlos Alberto Steil (UFRGS); Conélia Eckert (UFRGS) e Ruben George Oliven (UFRGS)

**ATIVIDADE:  
SIMPÓSIO**

Dia/Local: Terça-feira, 13 de julho de 1999 - das 09:30 às 11:30h - sala 601 - Prédio 40

Título: *Mercosul: Identidades e Territorialidades*

Coordenador: Ruben George Oliven (UFRGS) - A Construção de uma identidade mercosulina: tensões e perspectivas

Expositores: Maria Eunice Maciel (UFRGS) - Gaúchos e gaúchos: questões sobre identidade cultu-

ral no Mercosul; e Monica Lacarrieu (USA/Ar) - Remapeando identidades no contexto da regionalização.

**ATIVIDADE:  
SIMPÓSIO**

Dia/Local: Terça-feira, 13 de julho de 1999 - das 16:00 às 18:00h, sala 4 - C. Eventos

Título: *Os Direitos dos Mais e Menos Humanos*

Coordenador: Cláudia Fonseca (UFRGS) - Direitos dos mais e menos humanos: O ECA e a infância ideal

Expositores: Delma Pessanha (UFF) - A filantropia e a produção discursiva do pobre e Miriam Pilar Grossi (UFSC) - Feminismo e direitos humanos

**ATIVIDADE:  
SIMPÓSIO**

Dia/Local: Quarta-feira, 14 de julho de 1999 - das 09:30 às 11:30h, sala 4 - C. Eventos

Título: *Antropologia, Diversidade Cultural e Cidadania*

Coordenador: Regina Novaes (UFRJ) - Juventude, violência e direitos humanos: reflexões sobre uma experiência (que se quer) educativa

Expositores: Daisy Macedo Barcellos (UFRGS) - Quem merece terra? Definindo a cidadania dos sem-terra; e Ilka Boaventura

Leite (UFSC) - A Constituição de 88 e a cidadania quilombola

**ATIVIDADE:**

**SIMPÓSIO**

Dia/Local: Quinta-feira, 15 de julho de 1999 - das 09:30 às 11:30h, sala 4 - C. Eventos

Título: *Religiões em Trânsito no Mercosul: Fluxo Religioso e Integração Cultural*

Coordenador: Ari Pedro Oro (UFRGS) - Axé Mercosul: a implantação das religiões afro-brasileiras nos países do Mercosul

Expositores: Alejandro Frigerio (UCA/Ar) - Religiões afrobrasileñas en Argentina: conflicto o integración cultural?; e Renzo Pi Hugarte (UDELAR/Uy) - Cultos de possessão de origem brasileira no Uruguai

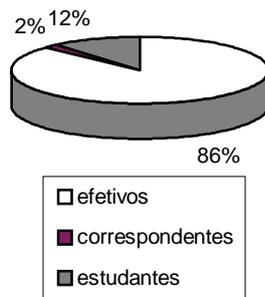


## ABA - SITUAÇÃO FINANCEIRA

### DADOS RELATIVOS À GESTÃO 98-00

#### 1. QUADRO DE ASSOCIADOS

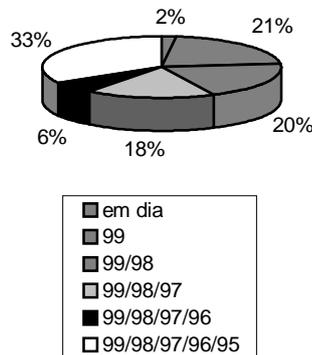
efetivos	696
correspondentes	12
estudantes	92
total	800



#### 2. SITUAÇÃO ATUAL DE PAGAMENTOS (MAIO/99)

em dia 15 devendo:

· 99	171
· 99/98	156
· 99/98/97	140
· 99/98/97/96	51
· 99/98/97/96/95	267



#### 3. OBSERVAÇÕES:

• Lembramos que, apesar da anistia em 1994, existe um universo

significativo de associados (57%) que devem de três a cinco anuidades. Isso representa uma ausência de contribuição efetiva de quase  $\frac{3}{4}$  do total de associados na manutenção e rotina das atividades da Associação.

• Comparativamente, os sócios não pagantes desde 1995 (débitos anistiados em 1994), diminuíram. No início da gestão passada, eles representavam 49%, diminuindo no final da gestão para 40%, e atingindo na atual gestão a marca de 33%. No entanto, temos a esperança de ainda poder reverter esta situação sensibilizando nossos colegas para a importância de sua contribuição e participação. Nesta gestão, já realizamos duas campanhas.

• Em tese, se pelo menos 50% dos associados contribuíssem regularmente com a Associação, teríamos um montante de recursos de  $(400 \times 50,00 =) 20.000,00$  ao ano. No entanto, esta não tem sido a realidade.

#### 4. INDICATIVO:

Solicitamos aos associados que não estão em dia com seus pagamentos que não deixem de ajudar a manter a nossa Associação. Ano que vem, a ABA completa 45 anos e está sendo muito difícil manter os compromissos básicos. Participem da mudança desta situação. Estimulem também seus colegas.

# ABA

## A ABA E SEUS ASSOCIADOS

A ABA, fundada em 1955, tem por objetivo congregar os especialistas nos setores profissionais do ensino e da pesquisa, promover o desenvolvimento da Antropologia, o intercâmbio de idéias, o debate de problemas e a defesa dos interesses comuns.

A Associação possui quatro categorias de sócios:

**Efetivo** - reservada aos portadores de um título de pós-graduação *stricto sensu* em Antropologia, ou aos professores e pesquisadores em Ciências Antropológicas com produção significativa na área. Excepcionalmente e a critério do Conselho Diretor, profissionais de reconhecida competência poderão ser aceitos na categoria de sócio efetivo.

**Correspondente** - reservada ao profissional do exterior.

**Estudante** - destinada aos alunos de pós-graduação em Antropologia ou Ciências Sociais com área de concentração em Antropologia. O sócio estudante poderá permanecer nesta categoria por um período máximo de cinco anos.

**Honorário** - reservada aos sócios efetivos que, na avaliação do Conselho Diretor, tenham feito contribuições significativas para a consolidação da ABA.

## COMO SE ASSOCIAR

A proposta para sócio efetivo deverá ser feita por três membros efetivos e enviada à Secretaria Geral, juntamente com o curriculum do candidato.

No caso do sócio correspondente, a proposta deverá ser indicada por três sócios efetivos e, para sócio estudante, deverá ser referendada por um sócio efetivo da ABA.

Todas as propostas deverão ser apreciadas nas reuniões do Conselho Diretor e aprovadas por maioria simples dos votos.

## COLABORE COM A HOMEPAGE DA ABA

A homepage da ABA <http://www.unicamp.br/aba> tem sido um canal importante na divulgação de informações para a comunidade antropológica.

Não deixe de contribuir enviando dados sobre congressos, seminários, encontros, concursos, cursos, lançamento de filmes, vídeos, exposições e outros. A participação dos associados é fundamental para a atualização permanente da página.

As contribuições deverão ser enviadas para a ABA, por correio, fax ou e-mail.



# ABA

---

## ANUIDADES

Sócio efetivo e correspondente - RS 50,00

Sócio estudante - RS 25,00

Para atualizar a sua contribuição anual, você deverá:

a) remeter um cheque nominal à ABA, para o Depto. de Antropologia - Museu Nacional/UFRJ, Quinta da Boa Vista - São Cristovão - CEP 209940-040 - Rio de Janeiro - RJ.

b) ou fazer um depósito em nome da ABA, no Unibanco, agência 0242 (Jardim Botânico -RJ), conta corrente nº. 105304-8 e, enviar o comprovante para a sede da ABA, por correio ou fax.

Os recibos serão enviados pelo correio posteriormente.

Caso o seu débito com a Associação seja superior a dois anos, você poderá remeter mais de um cheque, de acordo com sua conveniência. Lembramos que todos os associados tiveram anistia até 1994.

Informe-se sobre a sua situação na secretaria.

Lembramos que a inadimplência por três anos consecutivos constituirá motivo para a perda da condição de associado.

Mantenha sempre o seu endereço atualizado.